



PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA 2016

ÍNDICE

I – INTRODUÇÃO	1
II – EVOLUÇÃO DA CONJUNTURA ECONÓMICA	
A) Economia Mundial	3
B) Economia Nacional	6
C) Economia Regional	8
III – EVOLUÇÃO RECENTE DAS FINANÇAS PÚBLICAS REGIONAIS	
A) Administração Regional	15
B) Administração Local	21
IV – JUSTIFICAÇÃO DA PREVISÃO ORÇAMENTAL	
A) Orçamento da Receita	29
B) Orçamento da Despesa	32
C) Orçamento dos Fundos e Serviços Autónomos	38
D) Orçamento Consolidado do Sector Público Administrativo	43
V – DÍVIDA PÚBLICA REGIONAL	
A) Dívida Direta	45
B) Avaes	46
VI - SECTOR PÚBLICO EMPRESARIAL REGIONAL	49
Anexo I – Desenvolvimento das despesas constantes do Mapa IV	



I – INTRODUÇÃO

Nos termos do disposto na Lei de Enquadramento Orçamental da Região Autónoma dos Açores - Lei n.º 79/98 de 24 de novembro, na redação conferida pelas Leis n.º 62/2008, de 31 de outubro e n.º 115/2015, de 28 de agosto, e da demais legislação, o Governo dos Açores submete à aprovação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a proposta de Orçamento para o ano de 2016.

O Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2016, foi preparado com alusão à Lei Orgânica n.º 2/2013, de 2 de setembro – Lei de Finanças das Regiões Autónomas. Na presente proposta não há qualquer alusão à proposta de Orçamento de Estado para 2016, ao contrário das anteriores propostas, porque ainda não há proposta para o efeito, pelas razões que são de todos conhecidas.

Esta proposta de orçamento insere-se numa conjuntura económica regional mais favorável do que relativamente ao passado recente, onde os indicadores económicos começam a apresentar valores mais favoráveis, propondo-se a mesma, contribuir para potenciar uma trajetória de crescimento sustentado na Região.

A presente proposta apresenta um montante de investimento público direto de 523,8 milhões de euros. Para a atual conjuntura macroeconómica que se vive, é um montante relevante e que vai ao encontro das expectativas quer dos agentes económicos quer da população em geral. Vai no sentido de dinamizar a economia e consubstancia todas as políticas sectoriais do Governo de forma que se verifique em todos os sectores de atividade crescimentos económicos sustentáveis.

Relativamente ao valor previsto para o corrente ano há um crescimento do Plano de Investimentos na ordem dos 8,3%. É um crescimento transversal a todas as ilhas do arquipélago de forma que a economia açoriana cresça harmoniosamente e contribua, também, significativamente para combater as desigualdades sociais de forma eficaz em toda a sociedade.

Deste modo, o Governo Regional mantém a estratégia de consolidação das finanças públicas regionais, como tem sido sempre seu apanágio, e continua a apostar fortemente no seu plano de investimentos, ao privilegiar o crescimento económico e o aumento da competitividade da economia, assegurando, para o efeito, a todos os agentes económicos, a estabilidade e a confiança necessárias ao incremento dos seus investimentos.



A presente proposta de Orçamento atinge um valor global de 1.577,9 milhões de euros, dos quais 234,5 milhões de euros respeitam a operações extraorçamentais.

Prevê-se que as despesas de funcionamento dos serviços e organismos da administração regional atinjam os 680,6 milhões de euros, sendo integralmente financiadas pelas receitas próprias, que se estimam em 684,6 milhões de euros, o que se traduz numa taxa de cobertura de 100,6%.

A presente proposta de Orçamento para 2016 é assim, no entender do Governo dos Açores, o instrumento adequado para se dar continuidade ao desenvolvimento económico e social da Região Autónoma dos Açores.



II – EVOLUÇÃO DA CONJUNTURA ECONÓMICA

A) ECONOMIA MUNDIAL

A economia mundial revela sinais de retoma, com as perspetivas de crescimento a apontarem para a necessidade de correção de desequilíbrios, facilitando o desenvolvimento da produção efetiva e da potencial.

Entretanto, os riscos que poderão surgir no curto prazo situam-se no âmbito da volatilidade do mercado financeiro e de tensões decorrentes de fatores geopolíticos.

As economias avançadas vêm registando uma aceleração de crescimento, esperando-se que continue em função das perspetivas de evolução das economias principais.

Apesar de um crescimento mais débil registado temporariamente no início de 2015, a economia dos Estados Unidos continua a revelar a presença de fatores de aceleração de consumo e investimento, como o crescimento de salários, as condições no mercado de trabalho, as facilidades financeiras, os preços de combustíveis baixos e o mercado de habitação mais fortalecido.

Na Ásia, a economia japonesa beneficiou de uma aceleração de despesas de investimento, que se repercutiram num crescimento mais vigoroso do que o esperado inicialmente. O abrandamento da atividade económica na China, inicialmente associável a enfraquecimento do investimento, particularmente em imobiliário, começa a colocar a perspetiva de transição para um novo modelo de crescimento, como revelam as turbulências recentes nos mercados financeiros.

A recuperação na zona euro evolui no sentido da sua consolidação, com retoma da procura interna na generalidade das economias e com uma inflação que começa a subir. Entretanto, se para as economias de diversos países se têm registado revisões em alta, acontecimentos como os observados em território grego poderão repercutir-se de forma mais pesada do que a perspetivada antecipadamente.

Nos países emergentes e em desenvolvimento o crescimento deverá continuar a desacelerar. Esta tendência decorrerá da baixa de preços dos produtos de matérias-primas, da deterioração de condições financeiras externas (de países exportadores de petróleo e da América Latina), de estrangulamentos estruturais e de dificuldades económicas associadas a fatores geopolíticos.

O preço médio do petróleo mantém-se ao nível esperado para o ano corrente. Por sua vez, a oferta mundial de petróleo situa-se num patamar superior ao nível atingido em 2014 e as



reservas mundiais continuam a aumentar. Assim, o aumento no segundo trimestre de 2015 do preço do petróleo decorreu de um acréscimo da procura e, principalmente, de expectativas de uma desaceleração da produção mais rápida do que o previsto nos Estados Unidos.

O aumento de preços do petróleo repercutiu-se no nível dos preços ao consumidor. De facto, os indicadores mensais de inflação revelaram acréscimos, favorecendo mesmo um sentido de inversão de tendência em economias avançadas.

A inflação subjacente, isto é, sem preços de produtos para alimentação e de energia, permaneceu mais ou menos estável.

Em muitos países emergentes, nomeadamente aqueles com procura interna fraca, a inflação global recua.

As políticas monetárias nos países avançados devem permanecer acomodáticas, para continuarem a situar a inflação aos níveis fixados como objetivo e a sustentar as atividades económicas.

Em países com folga fiscal dever-se-á aplicar políticas mais expansivas, nomeadamente de incentivo ao investimento em infraestruturas.

Em países com dívida pública elevada, o ritmo de saneamento financeiro e orçamental deve encontrar um equilíbrio entre a redução da dívida e as restrições ao desenvolvimento de atividades produtivas.

Nos países emergentes e em desenvolvimento a margem de manobra macroeconómica de apoio à procura é geralmente mais limitada.

No caso de países exportadores de petróleo ajustam-se as despesas públicas à baixa de receitas petrolíferas logo que não exista margem orçamental.

Já nos países importadores de petróleo a baixa de preços na energia reduz as tensões sobre os preços em geral e a vulnerabilidade exterior.

Apesar das expectativas a aceleração do crescimento mundial ainda não se materializou de forma consistente.

O comércio mundial de bens e serviços já registou taxas médias anuais que apontam no sentido da retoma. Todavia, apresenta-se como prioridade de política económica o aumento de produto efetivo e potencial, através de uma combinação dinâmica entre crescimento da procura e medidas de reformas estruturais, nomeadamente em termos de fiscalidade e de reorientação da despesa.



Indicadores para a Economia Mundial

Taxa de variação anual em percentagem (salvo indicação em contrário)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015p
PIB						
Economia mundial	5,2	3,9	3,5	3,4	3,4	3,3
Economias avançadas	3,2	1,7	1,4	1,4	1,8	2,1
EUA	3,0	1,8	2,8	2,2	2,4	2,5
Japão	4,4	-0,6	1,4	1,6	-0,1	0,8
Área do euro	1,9	1,5	-0,7	-0,4	0,8	1,5
Reino Unido	1,3	1,1	0,2	1,7	2,6	2,4
Economias emergentes e em desenvolvimento	7,3	6,2	5,1	5,0	4,6	4,2
Rússia	4,0	4,3	3,4	1,3	0,6	-3,4
China	10,4	9,3	7,7	7,8	7,4	6,8
Índia	9,9	6,3	5,1	6,9	7,2	7,5
Brasil	7,5	2,7	1,0	2,7	0,1	-1,5
Comércio mundial de bens e serviços	12,7	6,1	2,9	3,3	3,2	4,1
Importações Economias avançadas	11,2	4,7	1,2	2,1	3,3	4,5
Importações Econ. emergentes e em desenvol.	13,5	8,8	6,0	5,2	3,4	3,6
Preços no consumidor						
Economias avançadas	1,6	2,7	2,0	1,4	1,4	0,0
Economias emergentes e em desenvolvimento	6,1	7,1	6,1	5,9	5,1	5,5
Preços de matérias-primas						
Petróleo (brent) em USD	27,9	31,6	1,0	-0,9	-7,5	-38,8
Matérias-primas não energéticas em USD	26,3	17,9	-10,0	-1,2	-4,0	-15,6
Mercado interbancário de Londres (% taxas oferecidas)						
Depósitos em dólares USD	0,5	0,5	0,7	0,4	0,3	0,4
Depósitos em euros	0,8	1,4	0,6	0,2	0,2	0,0
Depósitos em ienes japoneses	0,4	0,3	0,3	0,2	0,2	0,1

Nota: (p) = projeção.

Fontes: IMF. World Economic Outlook julho 2015.



B) ECONOMIA PORTUGUESA

As perspetivas de evolução para a economia portuguesa apontam no sentido da estabilização da atividade económica, envolvendo simultaneamente o ajustamento de desequilíbrios macroeconómicos.

Prosseguirá a recomposição da estrutura da despesa, em termos de uma crescente orientação de recursos produtivos para sectores com maior exposição à concorrência internacional.

Desta forma, o peso das exportações no PIB continuará a alargar-se e o da FBCF aproximar-se-á mais de níveis compatíveis com as suas funções de desempenho cíclico e de motor de crescimento. O peso do consumo privado deverá manter-se próximo do observado no passado recente, de cerca de 2/3 do PIB.

Neste contexto, perspectiva-se uma recuperação do VAB na indústria transformadora e nos serviços, favorecida pelo comportamento das exportações e, também, pela recuperação da procura interna através das suas características e dimensão própria.

A evolução do consumo privado reflete, em larga medida, o perfil do rendimento disponível das famílias. O caso do consumo de bens duradouros, significativamente associável a vendas de automóveis, decorre em parte de compras adiadas durante o período de recessão, por motivos de precaução.

As perspetivas de evolução da FBCF decorrem sobretudo da recuperação em níveis de investimentos empresariais, já que investimentos públicos e em habitação continuarão a refletir ajustamentos em curso de forma persistente.

A recuperação de investimento empresarial beneficiará de melhorias das perspetivas de procura nos mercados interno e de destino das exportações portuguesas, da necessidade de renovação do stock de capital, após um longo período de amortizações em equipamentos, e da melhoria de condições de financiamento, favorecidas pelas medidas de política monetária não convencional do BCE.

A evolução das exportações tem sido um dos aspetos mais significativos do processo de ajustamento da economia portuguesa, refletindo a adaptação das empresas a padrões exigidos por mercados internacionais, onde se inclui a procura por novas geografias num contexto de forte constrangimento na procura interna.

As perspetivas de crescimento apontam no sentido de beneficiarem da evolução da procura externa e de ganhos de competitividade-preço em termo de depreciação do euro.



Após a desaceleração de preços, atingindo-se o ponto mínimo com a redução de preços de 0,2 por cento em 2014, esperam-se pressões ascendentes sobre os preços, decorrendo da recuperação das economias portuguesa e internacional.

No contexto da área do euro, o aumento de preços é influenciado pelo impacto positivo das medidas de política não convencionais adotadas pelo BCE, nomeadamente por via do incentivo às atividades económicas e da depreciação do euro.

Face a informações mais recentes, bem como à evolução do preço do petróleo, as projeções de preços no consumidor já incorporam revisões em alta.

O potencial de crescimento da economia permanece condicionado pela necessidade de continuar a redução do endividamento, pelo elevado nível de desemprego e pelos limitados níveis de capital produtivo por trabalhador, após um longo período de quedas acentuadas do investimento.

Indicadores para a Economia Portuguesa

Taxa de variação anual em percentagem (salvo indicação em contrário)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
PIB	1,9	-1,6	-3,2	-1,4	0,9	1,7
Procura interna total	1,8	-5,8	-6,8	-2,6	2,1	2,1
Consumo privado	2,5	-3,8	-5,6	-1,7	2,2	2,2
Consumo público	0,1	-4,3	-4,4	-1,8	-0,3	-0,5
Formação Bruta de Capital Fixo	-3,1	-10,7	-14,5	-6,6	2,5	6,2
Importações	8,0	-5,9	-6,9	2,8	6,4	5,7
Exportações	10,2	7,2	3,3	6,1	3,4	4,8
Emprego e desemprego						
Emprego	-1,7	-1,5	-4,2	-2,6	1,4	0,6
Taxa de desemprego (% da pop. ativa*)	10,8	12,7	15,5	16,2	13,9	13,2
IHPC	1,4	3,6	2,8	0,4	-0,2	0,5
Finanças públicas (% do PIB)						
Saldo global das administrações	-11,2	-7,4	-5,6	-4,8	-4,5	-2,7
Dívida pública consolidada* (ótica Maastricht)	96,2	111,1	125,8	129,7	130,4	124,2

* Notas: Em 2011 a série da taxa de desemprego foi afetada pela quebra da série do Inquérito ao Emprego.

Fontes: BdP, Boletim Económico, junho 2015.

UTAO, Parecer sobre Programa de Estabilidade 2015-2019, abril 2015.



C – Economia Regional

Aspetos demográficos

As estimativas do INE apontam para um total de 246 650 pessoas com residência na RAA no final do ano de 2014.

Este volume de população representa um saldo fisiológico nulo na medida em que o número de óbitos foi igual ao de nados-vivos.

Evolução das Componentes dos Saldos Fisiológicos

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Nados vivos.....	2 847	2 836	2 786	2 719	2 748	2 488	2 341	2 316
Óbitos.....	2 250	2 274	2 433	2 466	2 375	2 204	2 443	2 316

Fonte: INE, SREA.

A natalidade na RAA situa-se a um nível superior ao registado no conjunto do país. Todavia, tem vindo a reduzir-se em relação à dimensão que atingiu em anos anteriores e, também, em relação à mortalidade.

Desta forma tem vindo a reduzir o seu contributo tradicionalmente positivo para a evolução demográfica. O ano passado ficou marcado como o da primeira interrupção daquela evolução tradicional.

As variações e tendências demográficas descritas refletem-se na estrutura etária da população residente. O grupo da população que cresceu foi o compreendido na faixa etária de 65 e mais anos.

No extremo oposto, regista-se um decréscimo da faixa etária até 15 anos. A faixa etária de 15-64 anos reforçou o seu peso relativo, atingindo 69,9% do total.

Estrutura Etária da População

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
População com menos 15 anos	19,1	18,8	18,6	18,3	17,9	17,5	17,2	16,8
População dos 15-64 anos	68,5	68,8	69,1	69,2	69,2	69,5	69,8	69,9
População com mais de 64 anos	12,4	12,4	12,3	12,5	12,9	13,0	13,0	13,2

Fonte: - INE.



Aspetos macroeconómicos

A nova série de contas regionais incorpora mudanças que decorrem de alterações no Sistema Europeu de Contas, para além do processo corrente de atualizações a partir das últimas informações de caráter estrutural.

Entre as principais alterações metodológicas resultantes do SEC 2010 destacam-se novas regras de registo das “entidades com fins específicos” (Special Purpose Entities – SPE) e de classificação de despesas.

Estas alterações implicaram revisões em alta do PIB na generalidade das regiões e nos volumes agregados de investimento que passaram a incluir despesas de investigação e desenvolvimento e de funções militares, antes consideradas como custos de explorações.

Globalmente, as atividades económicas vêm assegurando o posicionamento da RAA no contexto do país, sendo compreensivelmente também condicionados por dinâmicas nacionais no âmbito de economias de maior dimensão, nomeadamente das europeias.

O valor preliminar de 3 694 milhões de euros do PIB nos Açores, em 2013, representou um crescimento nominal de 1,7%. Este crescimento traduziu-se num ganho relativo no contexto do país, já que representou 2,16% do total do PIB do país, enquanto no ano anterior representara 2,14%.

Por sua vez, a riqueza média, medida pelo índice per capita, tem mantido uma posição estável no contexto do país durante os últimos anos, concretamente no índice de 91, mas em relação à UE 28 mostrou um reposicionamento positivo em 2013, registando um índice em paridades de perda de compra de 72, face a outro de 70 no ano anterior.

Produto Interno Bruto – (Base 2011), a preços de mercado

Unid.: Milhões de Euros

	Açores/País %	PIB per capita (País=100)	PIB per capita PPC (UE28=100)
2008	2,10	90	71
2009	2,13	91	74
2010	2,13	91	74
2011	2,13	91	71
2012Pe	2,14	91	70
2013Pe	2,16	91	72

Pe = Resultados preliminares.

Fonte: INE, Contas Regionais (base 2011).



Mercado de Trabalho

A evolução recente do mercado de trabalho mostra um acréscimo significativo do emprego, seja pela intensidade da taxa média anual de variação, de 2,3%, seja pela inversão que poderá representar em termos de ciclo económico.

Os apuramentos correspondem a dados associáveis sobretudo no sentido da recuperação da atividade económica na Região.

Durante o primeiro semestre de 2015, o acréscimo de emprego e a correspondente diminuição significativa da taxa de desemprego, permitiu retirar da situação de desempregados, elementos de população em idade ativa e favoreceu condições de reequilíbrio demográfico.

Condição da População Perante o Trabalho

	2012*	2013*	2014*	Nº Indivíduos	
				2015	
				1º Trimestre	2º Trimestre
População total.....	249.463	246.352	247.535	247.330	247.329
População Ativa	120 640	119 838	121.583	122.846	121.788
Empregada.....	102 221	99 459	101.768	104529	108019
Desempregada.....	18 419	20 380	19.815	18.317	13.769
Tx. de Atividade (%).....	48,9	48,6	49,1	49,7	49,2
Tx. de Atividade Feminina (%)....	40,5	41,6	43,1	43,9	43,0
Tx. de Desemprego (%)	15,3	17,0	16,3	14,9	11,3

*Nova série.

Fonte: SREA, Inquérito ao Emprego.

Preços no Consumidor

O Índice de Preços no Consumidor continua a revelar uma tendência de desaceleração, sendo a taxa média anual em 2014 de apenas 0.3%, comparada à de 1,9% registada no ano anterior.

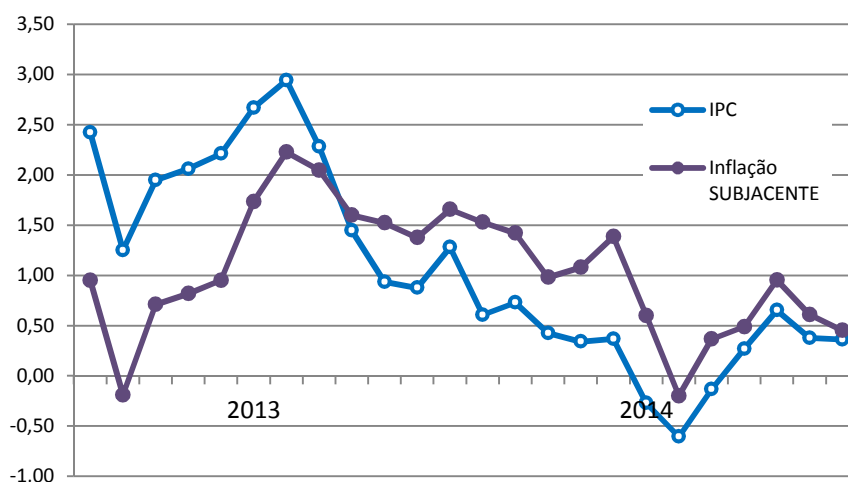
A inflação subjacente – excluindo do cabaz de consumo final os produtos energéticos e alimentares não transformados – situou-se em 2014 a um nível relativamente superior ao da inflação geral, mas manteve-se também dentro de uma linha de desaceleração.

A tendência de desaceleração da inflação integra-se na lógica de formação de preços por via de importações, mas, também, é compaginável com efeitos do processo recessivo pós-



crise de 2008. Todavia, uma observação aos dados do período intra-anual suscita a questão de aproximação ao limite inferior da tendência, ou mesmo de eventual inversão, já que se registaram taxas mínimas com variação negativa a meados do ano.

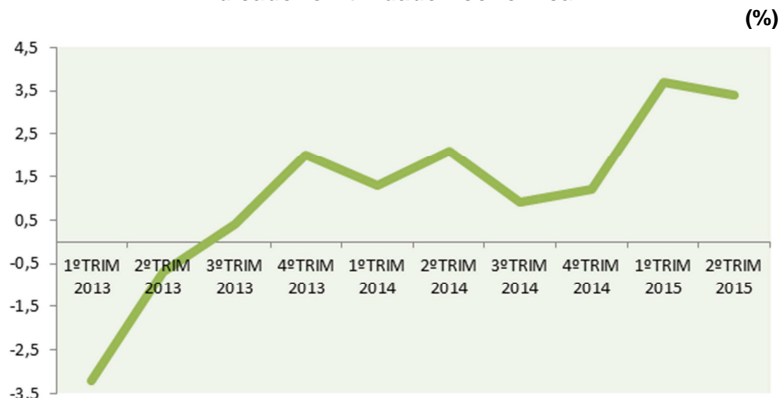
Evolução intra-anual de Preços no Consumidor
(taxas de variação homólogas)
(base 2012)



Evolução recente da conjuntura

Tomando a informação disponível para o período de programação 2013-2016, relativa à evolução da conjuntura económica na Região, a partir de um indicador sintético estimado pelo INE-SREA, pode-se constatar que a partir da primeira metade do ano de 2013, observam-se sem qualquer quebra variações positivas da atividade económica nos Açores, com uma expressão bem mais acentuada durante os primeiros meses do corrente ano de 2015.

Indicador e Atividade Económica

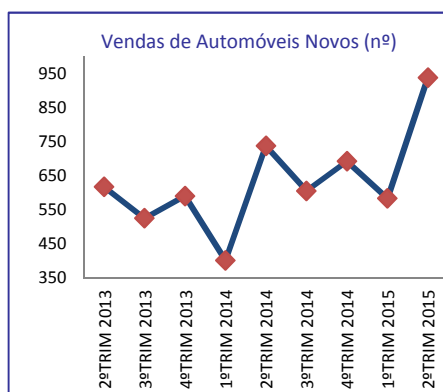
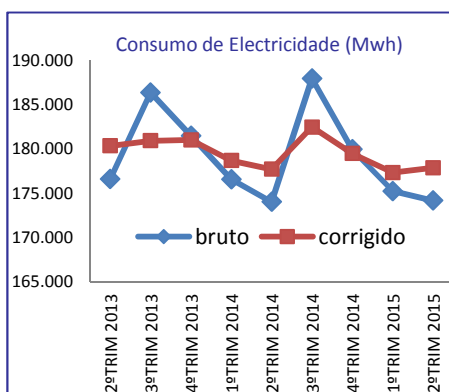
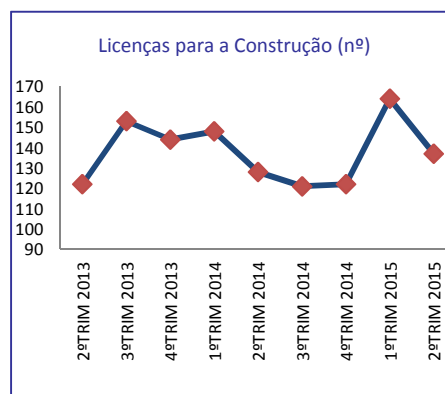
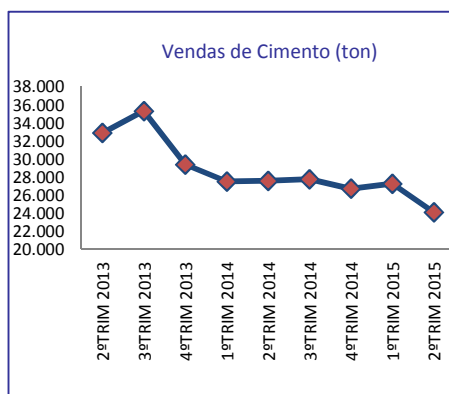
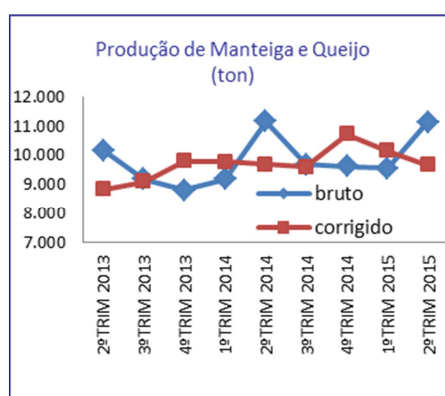
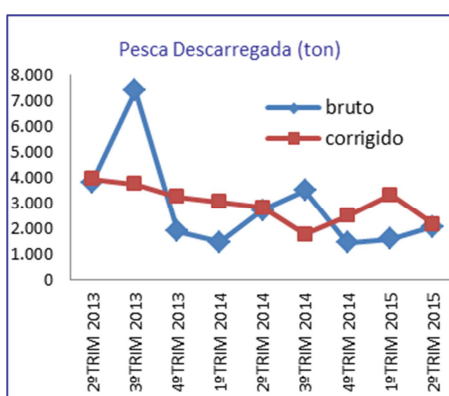
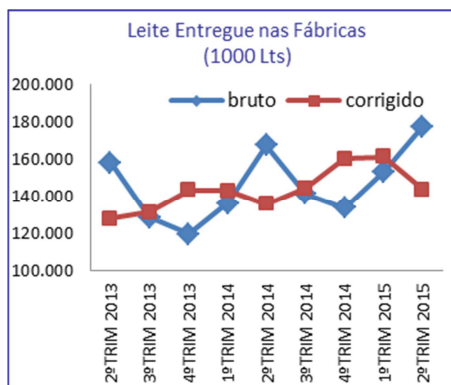
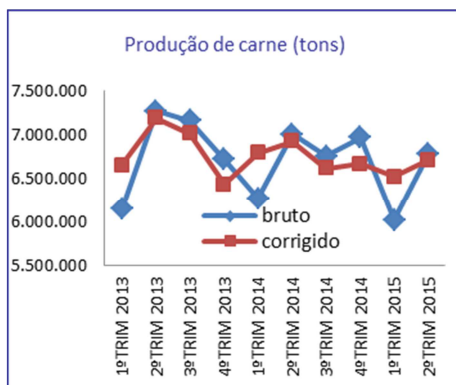


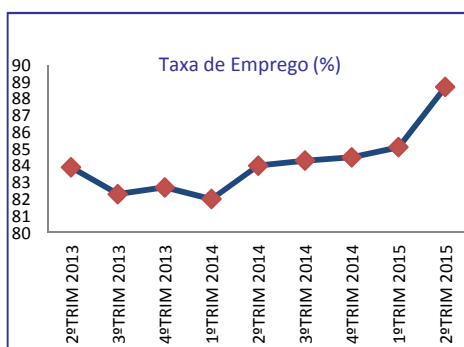
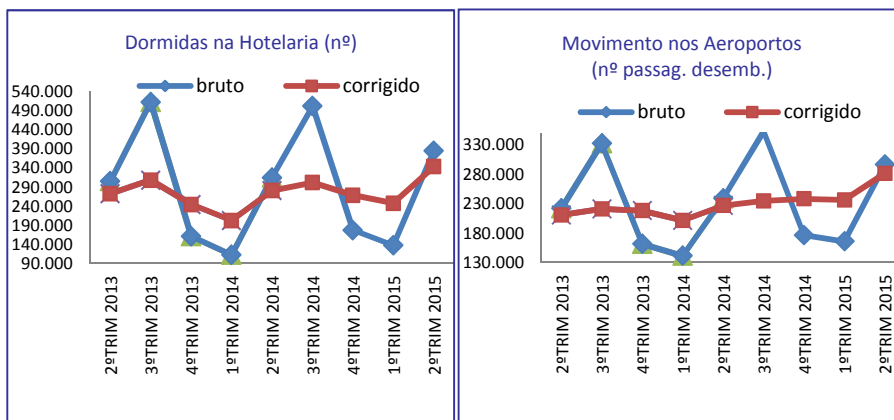


Considerando a evolução por alguns setores de atividade, há a registar em termos gerais uma recuperação de produções, com maior expressão no setor dos serviços, onde o turismo se constitui como um dos pilares económicos na Região. Regista-se ainda uma recuperação algo instável no setor da construção civil, onde o número crescente do pedido de licenciamento para construção não encontra resposta nas vendas de cimento. A produção ligada à base económica tradicional tem uma evolução mais “suavizada”, em razão da natureza dos produtos e do mercado.

Um dos indicadores mais representativos do consumo duradouro, venda de veículos automóveis, teve um crescimento muito relevante, demonstrando a confiança das famílias na situação económica em geral, que permite avançar com este tipo de aquisição de bens, mesmo descontando alguma alavancagem das vendas de veículos por reposição e aumento do parque de viaturas para a atividade do rent-car.

Depois de um valor mínimo na taxa de emprego da população ativa, no primeiro trimestre 2014, os trimestres subsequentes até à atualidade apresentam uma forte recuperação, com a diminuição constante e sustentada das taxas de desocupação involuntária da população ativa. O conseqüente aumento da empregabilidade na Região teve uma maior expressão no corrente ano.







III – EVOLUÇÃO RECENTE DAS FINANÇAS PÚBLICAS REGIONAIS

A) Administração Regional

Receita

A 30 de setembro de 2015, os serviços e organismos com enquadramento no perímetro da Administração Pública Regional atingiram uma receita efetiva de 772,2 milhões de euros, da qual, 699,5 milhões de euros de receita corrente e 72,7 milhões de euros de receita de capital.

30-09-2015	(Euros)			
	GR	SFA	EPR	SALDO CONSOLIDADO
RECEITA CORRENTE	612.960.019,26	126.007.001,74	186.950.416,16	699.504.780,66
Impostos diretos	161.634.222,15	0,00	0,00	161.634.222,15
Dos quais:				
Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares (IRS)	130.832.608,96	0,00	0,00	130.832.608,96
Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares (IRC)	30.796.037,53	0,00	0,00	30.796.037,53
Impostos indiretos	295.926.799,40	0,00	0,00	295.926.799,40
Dos quais:				
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	207.249.540,44	0,00	0,00	207.249.540,44
Contribuições para a segurança Social	7.517.662,50	0,00	0,00	7.517.662,50
Taxas Multas e Outras Penalidades	5.980.957,80	7.974.968,59	187.020,08	14.142.946,47
Rendimentos de Propriedade	4.223.131,32	2.055,33	2.971,56	4.228.158,21
Transferências Correntes	134.444.844,72	108.537.393,65	152.792.936,69	169.362.518,56
Administração Central - Estado	134.444.844,72	675,00	149.150,10	134.594.669,82
Outros setores das AP	0,00	80.091.402,62	152.543.786,59	6.222.532,71
Resto do Mundo	0,00	27.612.699,32	0,00	27.612.699,32
Outras Transferências	0,00	832.616,71	100.000,00	932.616,71
Venda de Bens e Serviços Correntes	959.858,12	9.323.410,02	30.508.253,23	40.791.521,37
Reposições não abatidas nos pagamentos	1.664.136,22	49.486,40	0,00	1.713.622,62
Outras receitas correntes	608.407,03	119.687,75	3.459.234,60	4.187.329,38
RECEITA DE CAPITAL	71.239.787,97	29.929.231,76	18.190.108,59	72.720.195,09
Venda de bens de investimento	390.751,55	0,00	152.143,73	542.895,28
Transferências de Capital	70.792.903,95	29.927.534,19	17.723.481,19	71.804.986,10
Administração Central - Estado	53.777.937,78	71.390,93	0,00	53.849.328,71
Outros setores das AP	0,00	29.856.143,26	17.035.055,58	252.265,61
Resto do Mundo	16.988.956,71	0,00	207.583,40	17.196.540,11
Outras Transferências	26.009,46	0,00	480.842,21	506.851,67
Outras Receitas de Capital	56.132,47	1.697,57	314.483,67	372.313,71
RECEITA EFETIVA	684.199.807,23	155.936.233,50	205.140.524,75	772.224.975,75



A desagregação da receita do setor público administrativo, por grandes agregados, bem como os respetivos níveis de execução, constam do quadro a seguir apresentado.

30-09-2015	(Euros)		
	ORÇAMENTADO	REALIZADO	%
1. Receitas Correntes	823.897.893,00	612.960.019,26	74,4%
Impostos e Contribuições para a S.S.	630.438.100,00	465.078.684,05	73,8%
Taxas, multas e outras penalidades	7.000.000,00	5.980.957,80	85,4%
Rendimentos de propriedade	3.600.000,00	4.223.131,32	117,3%
Transferências Correntes	179.259.793,00	134.444.844,72	75,0%
Venda de Bens e Serviços Correntes	600.000,00	959.858,12	160,0%
Reposições	2.000.000,00	1.664.136,22	83,2%
Outras Receitas Correntes	1.000.000,00	608.407,03	60,8%
2. Receitas de Capital	275.697.374,00	71.239.787,97	25,8%
Venda de Bens de Investimento	9.564.457,00	390.751,55	4,1%
Transferências de Capital	265.932.917,00	70.792.903,95	26,6%
Outras Receitas de Capital	200.000,00	56.132,47	28,1%
3. Operações Extra-Orçamentais	198.929.623,00	166.181.660,67	83,5%
4. Total (1+2+3)	1.298.524.890,00	850.381.467,90	65,5%

As receitas correntes atingiram os 613,0 milhões de euros, 74,4% do valor orçamentado, sobressaindo, os impostos diretos, indiretos e contribuições para a Segurança Social com 465,1 milhões de euros e as transferências, com 134,4 milhões de euros. Estes agregados representaram, no seu conjunto, 97,8% da receita corrente e 70,5% do total das receitas contabilizadas.

As receitas de capital, registaram uma execução de 71,2 milhões de euros, ou seja, 25,8% do orçamentado. Evidenciam-se, neste agregado, as transferências de capital que, com uma execução de 70,8 milhões de euros, representaram a quase totalidade das receitas de capital (99,4%) e 8,3% do total da receita.

O grau de execução das transferências de capital está fundamentalmente associado ao processo de implementação do Quadro Comunitário PO_Açores 2020, estimando-se que até ao final do corrente ano o mesmo estabilize.

A desagregação da receita pelas suas principais componentes, excluindo os ativos financeiros, os passivos financeiros e as operações extraorçamentais, é apresentada no quadro seguinte.



30-09-2015	(Euros)		
	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	%
Receitas Totais	1.099.595.267,00	684.199.807,23	62,22%
Receitas Fiscais	620.938.100,00	457.561.021,55	73,69%
IRS	181.950.000,00	130.832.608,96	71,91%
IRC	50.000.000,00	30.796.037,53	61,59%
IVA	270.798.000,00	207.249.540,44	76,53%
Outras Receitas Fiscais	118.190.100,00	88.682.834,62	75,03%
Transferências do O.E.	250.963.710,00	188.222.782,50	75,00%
Transferências do U.E.	194.229.000,00	16.988.956,71	8,75%
Outras Receitas	33.464.457,00	21.427.046,47	64,03%

As receitas fiscais, no final do 3.º trimestre, totalizaram 457,6 milhões de euros, o correspondente a uma execução de 73,7%, representando 66,9% do total da receita. Este nível de realização, permite-nos perspetivar um grau de realização das mesmas, próximo dos 100%, aliás em linha com o registado nos últimos anos (102% em 2014 e 105,2% em 2013).

A receita fiscal desagregada, é explicitada de seguida.

30-09-2015	(Euros)		
	Dotação	Execução	%
Impostos Diretos	231.960.000,00	161.634.222,15	69,68%
IRS	181.950.000,00	130.832.608,96	71,91%
IRC	50.000.000,00	30.796.037,53	61,59%
Diversos	10.000,00	5.575,66	55,76%
Impostos Indiretos	388.978.100,00	295.926.799,40	76,08%
ISP	50.508.000,00	36.407.331,95	72,08%
IVA	270.798.000,00	207.249.540,44	76,53%
ISV	4.944.600,00	3.852.752,81	77,92%
Imposto sobre o consumo de tabaco	33.894.000,00	27.056.336,22	79,83%
IABA	5.989.000,00	3.844.893,30	64,20%
Imposto de selo	18.100.500,00	14.568.519,93	80,49%
Diversos	4.744.000,00	2.947.424,75	62,13%
RECEITA FISCAL	620.938.100,00	457.561.021,55	73,69%

Os Impostos Diretos, com uma receita de 161,6 milhões de euros, representaram 35,3% do total da receita fiscal, evidenciando-se neste agregado o IRS que, com uma execução de 130,8 milhões de euros, correspondeu a 80,9% destes Impostos.



Os Impostos Indiretos foram o agregado que mais contribuiu para o total da receita fiscal, tendo atingido os 295,9 milhões de euros, 76,1% do valor orçamentado. No âmbito destes, destacam-se o IVA, ISP – Imposto sobre produtos petrolíferos, Imposto sobre o consumo do tabaco e o Imposto de selo, com 207,2 milhões de euros, 36,4 milhões de euros, 27,1 milhões de euros e 14,6 milhões de euros, respetivamente, que, no seu conjunto, contribuíram com 285,3 milhões de euros (96,4% dos impostos indiretos).

Face às execuções verificadas até ao final do terceiro trimestre do corrente ano, verifica-se que, de uma forma geral, as receitas fiscais estão com boa performance, estimando-se que possam, no final do exercício, atingir, novamente, bons níveis de execução.

Despesa

A despesa dos organismos com enquadramento no perímetro da Administração Pública Regional atingiu, a 30 de setembro de 2015, os 770,6 milhões de euros, da qual, 655,6 milhões de euros de despesa corrente e 115,0 milhões de euros de despesa de capital.

30-09-2015

(Euros)

	GR	SFA	EPR	SALDO CONSOLIDADO
DESPESA CORRENTE	551.627.985,82	138.789.074,92	191.612.648,21	655.617.052,45
Despesas com Pessoal	233.943.154,04	45.754.572,36	68.224.291,84	347.922.018,24
Aquisição de Bens e Serviços Correntes	27.660.332,49	44.896.712,53	83.281.629,38	155.838.674,40
Juros e Outros Encargos	10.059.793,81	1.089.358,09	37.675.385,75	48.824.537,65
Transferências Correntes	268.929.605,45	38.847.221,16	0,00	81.364.170,11
Subsetores das AP	227.812.438,98	755.037,75	0,00	2.154.820,23
Outras transferências	41.117.166,47	38.092.183,41	0,00	79.209.349,88
Subsídios	2.592.056,91	8.067.636,91	0,00	10.659.693,82
Outras Despesas Correntes	8.443.043,12	133.573,87	2.431.341,24	11.007.958,23
DESPESA DE CAPITAL	154.199.823,69	1.091.950,95	6.345.139,62	114.997.981,06
Aquisição de Bens de Capital	16.571.286,33	605.001,50	3.797.404,73	20.973.692,56
Transferências de Capital	137.521.406,36	486.949,45	486.541,61	91.855.964,22
Subsetores das AP	50.237.100,34	319.382,29	289.299,80	4.206.849,23
Outras transferências	87.284.306,02	167.567,16	197.241,81	87.649.114,99
Outras Despesas de Capital	107.131,00	0,00	2.061.193,28	2.168.324,28
DESPESA EFETIVA	705.827.809,51	139.881.025,87	197.957.787,83	770.615.033,51

A desagregação da despesa de funcionamento, do setor público administrativo, por grandes agregados, excluindo os ativos financeiros e os passivos financeiros, foi a que abaixo se evidencia.



30-09-2015	Euros		
	ORÇAMENTADO	REALIZADO	%
1. Despesas Correntes	764.534.587,00	551.627.985,82	72,2%
Despesas com Pessoal	307.246.457,00	233.943.154,04	76,1%
Aquisição de Bens e Serviços Correntes	64.293.289,00	27.660.332,49	43,0%
Juros e Outros Encargos	13.950.000,00	10.059.793,81	72,1%
Transferências Correntes	353.697.474,00	268.929.605,45	76,0%
Subsídios	4.692.776,00	2.592.056,91	55,2%
Outras despesas Correntes	20.654.591,00	8.443.043,12	40,9%
2. Despesas de Capital	395.559.430,00	154.199.823,69	39,0%
Aquisição de Bens de Capital	88.692.415,00	16.571.286,33	18,7%
Transferências Capital	306.485.215,00	137.521.406,36	44,9%
Outras despesas de Capital	381.800,00	107.131,00	28,1%
3. Operações Extra-Orçamentais	198.929.623,00	158.851.517,29	79,9%
5. Total (1+2+3)	1.359.023.640,00	864.679.326,80	63,6%

As despesas correntes apresentaram uma execução de 551,6 milhões de euros, sobressaindo as Despesas com Pessoal e as Transferências Correntes que, com uma execução de 233,9 milhões de euros e 268,9 milhões de euros, respetivamente, representaram, no seu conjunto, 91,2% do total destas.

As despesas de capital, contabilizaram uma execução de 154,2 milhares de euros, correspondendo a uma taxa de realização de 39,0%.

A desagregação da despesa, nas suas componentes de funcionamento e de investimento, sem os ativos financeiros, os passivos financeiros e as operações extraorçamentais é a que de seguida se evidencia.

30-09-2015	(Euros)		
	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	%
Despesas Totais	1.160.095.267,00	705.827.809,51	60,84%
Funcionamento	676.473.545,00	507.790.250,16	75,06%
Despesas com Pessoal	305.350.193,00	232.818.761,58	76,25%
Remunerações certas	235.652.004,00	182.612.289,30	77,49%
Abonos variáveis	8.770.245,00	5.056.176,33	57,65%
Segurança Social	60.927.944,00	45.150.295,95	74,10%
Transferências	321.224.462,00	247.125.806,03	76,93%
Juros e outros encargos	13.950.000,00	10.059.793,81	72,11%
Outras	35.948.890,00	17.785.888,74	49,48%
Investimento	483.621.722,00	198.037.559,35	40,95%



Nas despesas de funcionamento, são as transferências e os encargos com pessoal, as rubricas que assumem maior peso, tendo contabilizado no seu conjunto 479,9 milhões de euros, 94,5% do total destas despesas.

As transferências registaram uma execução de 247,1 milhões de euros (76,9%), das quais, 225,8 milhões de euros, foram transferidos para o Serviço Regional de Saúde.

As despesas com pessoal atingiram os 232,8 milhões de euros, correspondendo a 76,3% do valor orçamentado, estando a sua execução dentro dos parâmetros previstos em sede orçamental.

As despesas de funcionamento no final do terceiro trimestre estão dentro dos objetivos pré-definidos pelo Governo, confirmando assim o rigor que o Governo Regional tem incutido na sua política económica e financeira e no cumprimento dos compromissos assumidos publicamente no controlo destas despesas.

As despesas de investimento atingiram os 198,0 milhões de euros, valor que correspondeu a uma de execução de 41,0% e que representa 28,1% do total da despesa executada.



B) Administração Local

Receitas

As receitas dos municípios dos Açores totalizaram cerca de 175,9 M€ (milhões de euros) em 2014, decrescendo 2.8% face a 2013. Observando o quadro resumo da evolução das receitas, verifica-se que, as rubricas que contribuíram para esta queda foram os Fundos do Orçamento do Estado (-2.6%), as Transferências do Governo Regional (-27,7%) e os Empréstimos (-77.9%). A compensar estes decréscimos verificaram-se aumentos nas Receitas Próprias (+4.1%), nos Fundos Comunitários (+31.9%) e em Outras transferências (+70.3%).

Receitas	2012		2013		2014		2013/14
	Valores €	%	Valores €	%	Valores €	%	%
Receitas Próprias	45 010 182	25,1	51 167 532	28,3	53 275 292	30,3	4,1
Fundos Orçamento do Estado	92 200 732	51,4	92 105 631	50,9	89 714 804	51,0	-2,6
Fundos Comunitários	18 494 017	10,3	19 510 376	10,8	25 727 034	14,6	31,9
Transferências - Governo Regional	5 938 839	3,3	4 329 066	2,4	3 130 509	1,8	-27,7
Outras Transferências	1 012 261	0,6	689 128	0,4	1 173 559	0,7	70,3
Empréstimos contraídos	16 734 461	9,3	13 103 508	7,2	2 901 987	1,6	-77,9
Totais	179 390 492	100	180 905 242	100	175 923 185	100	-2,8

As receitas próprias e os Fundos do OE representam em conjunto cerca de 81.3% das receitas totais e constituem as receitas certas ou regulares, ao contrário das restantes transferências e dos empréstimos que sofrem mais variações de ano para ano. O valor destas receitas manteve-se praticamente inalterado em relação a 2013, uma vez que a redução nos Fundos do Orçamento do Estado foi compensada por um aumento nas Receitas Próprias, ocorridas por aumentos nas suas principais componentes (aumentos no IMI de 13%, no Fornecimento de Água de 4% e em Outras Receitas Locais de 11%). Desde 2012 que as receitas próprias têm vindo, gradualmente, a ganhar peso no total das receitas, aumentando 5,2 pp neste triénio.

Os empréstimos contraídos em 2014 atingiram um valor global de 2.9 M€, ou seja, menos 77.9% do que em 2013 e menos 83% do que em 2012. Esta tendência decrescente vem desde 2009, ano em que os empréstimos contraídos totalizaram 26,7 M€. Observando a estrutura dos empréstimos verifica-se que o valor destinado a novos investimentos tem uma expressão bastante reduzida (8,3% do total dos empréstimos). Os empréstimos de curto prazo, sendo amortizados no próprio ano não são relevantes e os de médio, longo prazo são, na sua grande maioria, destinados a saneamento financeiro.



Empréstimos	2012		2013		2014		2013/14
	Valores €	%	Valores €	%	Valores €	%	%
Curto Prazo	400 000	2,4	1 330 000	10,1	1 140 000	39,3	-0,1
MLP-Investimento	1 998 111	11,9	28 172	0,2	241 000	8,3	7,6
MLP-Saneamento Financeiro Bancos	11 534 168	68,9	4 401 020	33,6	0	0,0	-1,0
MLP-Saneamento Financeiro Estado	2 802 182	16,7	7 344 316	56,0	1 520 987	52,4	-0,8
Total MLP	16 334 461	97,6	11 773 508	89,9	1 761 987	60,7	-0,9
Total	16 734 461	100,0	13 103 508	100,0	2 901 987	100,0	-0,8

Despesas

No que respeita à despesa, a mesma atingiu um valor global de 172,1 M€, menos 3,0% do que o valor registado em 2013. Comparando com as receitas arrecadadas, a despesa foi inferior em 3,8 M€, provocando por isso um aumento no saldo final da gerência de 2013 para 2014, que passou de 9,8 M€ para 13,7 M€.

Despesas	2012		2013		2014		2013/14
	Valores €	%	Valores €	%	Valores €	%	%
Pessoal	44 843 585	24,6	50 211 231	28,3	51 834 449	30,1	3,2
Aquisição de Bens	7 184 292	3,9	7 272 076	4,1	8 068 431	4,7	11,0
Aquisição de Serviços	19 218 935	10,6	21 504 446	12,1	22 418 115	13,0	4,2
Juros	4 849 029	2,7	4 352 838	2,5	3 267 166	1,9	-24,9
Amortizações de empréstimos	24 264 697	13,3	18 590 198	10,5	16 377 601	9,5	-11,9
Investimento direto	46 651 980	25,6	46 982 780	26,5	45 861 673	26,7	-2,4
Investimento delegado (adm local e em	13 657 703	7,5	7 648 444	4,3	5 026 275	2,9	-34,3
Transferênc p/ instituições n/ lucrativas	7 156 833	3,9	9 016 558	5,1	7 832 899	4,6	-13,1
Transf corr e subsíd p/setor empresarial	8 984 994	4,9	5 070 419	2,9	3 196 656	1,9	-37,0
Outras Transferências (famílias, etc.)	2 160 675	1,2	3 568 817	2,0	4 950 367	2,9	38,7
Outras Despesas	3 123 238	1,7	3 165 116	1,8	3 237 397	1,9	2,3
Totais	182 095 962	100	177 382 924	100	172 071 030	100	-3,0

No caso das despesas de pessoal, verificou-se um ligeiro aumento em relação a 2013 de 3,2%. No entanto, as despesas com remunerações certas e permanentes (rubrica que melhor traduz a evolução do número de efetivos) aumentou apenas 1%. A contribuir para este crescimento global das despesas com pessoal esteve o aumento das despesas com a Segurança Social (11%), sendo ainda de destacar a rubrica de Abonos variáveis e eventuais, que sofreu uma queda de 4% (devida a uma redução de 28,5% no valor pago em horas extraordinárias).



A aquisição de bens e de serviços aumentou cerca de 6,9%, sendo que foi na aquisição de bens que se registou o maior aumento (11,0%).

Relativamente ao serviço da dívida, tanto os juros como as amortizações de empréstimos diminuíram. Os juros, 24,9% e as amortizações 11,9%. O decréscimo dos juros não se ficou a dever a uma redução dos encargos financeiros com os empréstimos em dívida, já que estes se situaram na mesma ordem de valores (aumentaram 2% de 2013 para 2014), mas sim devido a uma redução na rubrica “outros juros”, nomeadamente juros de mora (-82% de 2013 para 2014).

As despesas com investimento direto diminuíram 2,4%, mas no caso do investimento delegado, traduzido pelas transferências de capital para as freguesias, serviços municipalizados, associações de municípios e empresas municipais, houve uma diminuição de 34,3%, maioritariamente explicada pela redução de transferências para empresas públicas municipais e intermunicipais (redução de 53%).

Situação semelhante ocorreu nos subsídios à exploração e transferências correntes, concedidos pelos municípios às empresas do setor local.

As transferências para instituições não lucrativas e as Transferências correntes e subsídios para o sector empresarial diminuíram, 13,1% e 37,0%, respetivamente. Pelo contrário, verifica-se um grande aumento nas transferências para as famílias (38,7%).

Na rubrica “Outras despesas”, houve um aumento de 11,2%.

Fluxo Orçamental

O quadro seguinte mostra a evolução das receitas e despesas correntes e de capital, bem como os saldos iniciais e finais do triénio 2012-2014.



Fluxo Orçamental	2012	2013	2014
Saldo Inicial - SI	9 016 557	6 311 088	9 873 036
Receitas Correntes - RC	103 729 478	124 245 096	133 752 334
Receitas de Capital - RK	75 595 280	56 602 186	42 041 464
Reposições n/ abatidas nos pagamentos - RNAP	65 734	57 960	129 387
Receita Total (RT) - (RC+RK+RNAP)	179 390 492	180 905 242	175 923 185
Total Disponível (TD) - (SI+RT)	188 407 050	187 216 329	185 796 221
Despesas Correntes - DC	91 953 065	98 462 639	99 403 172
Despesas de Capital - DK	90 142 897	78 920 285	72 667 858
Despesa Total (DT) - (DC+DK)	182 095 962	177 382 924	172 071 030
Saldo Final - (TD-DT)	6 311 088	9 833 405	13 725 191
Saldo orçamental corrente - (RC-DC)	11 776 414	25 782 457	34 349 161

O saldo final da gerência de 2014 situa-se nos 13,7 M€, sendo o maior do triénio. Por outro lado, o saldo orçamental corrente (receitas correntes – despesas correntes) mostra um crescimento assinalável novamente (+8,6 M€), sendo que já de 2012 para 2013 tinha aumentado de forma considerável (+14,0 M€). De acordo com a lei das Finanças Locais (Lei nº 73/ 2013 de 3 de Setembro) o saldo orçamental corrente deve ser suficiente para cobrir o valor das amortizações médias de empréstimos de médio longo prazo, ou seja, considerando que o valor das amortizações em 2014 foi de 15,0 M€, verifica-se que, em termos globais, este preceito legal foi cumprido.

Endividamento

A dívida de médio e longo prazo diminuiu 2,9%. Esta dívida inclui essencialmente dívida a bancos (84%) para além de dívida ao Estado no âmbito do PAEL (7%) (Programa de apoio à economia local – Lei 43/2012, de 28-08) e outras dívidas, nomeadamente entidades do sector empresarial local.

A dívida de curto prazo que inclui dívida a fornecedores e dívida ao Estado diminuiu 23,6%. É nas dívidas às empresas que se verifica a maior redução (46% em 2013 e 52% em 2014). Este decréscimo progressivo está diretamente relacionado com os empréstimos de saneamento financeiro contraídos, no valor global de 27,6 M€.



A dívida total dos municípios desce assim pelo 5º ano consecutivo, depois de um máximo de 264 M€ verificado em 2009, o que significa uma descida média de 10% ao ano entre 2009 e 2014.

Endividamento	2012		2013		2014		2013/14
	Valores €	%	Valores €	%	Valores €	%	%
Dívida de médio e longo prazo	161 187 689	78,9	151 799 619	86,3	147 394 171	88,9	-2,9
Dívida de curto prazo	43 038 734	21,1	24 083 474	13,7	18 403 795	11,1	-23,6
Totais	204 226 423	100	175 883 093	100	165 797 966	100	-5,7

Em 2014, o rácio de cobertura das receitas certas anuais (receitas próprias + fundos OE) vs. a dívida total é o mais elevado do triénio (86,0%). Em 2009 esse valor situava-se nos 58%.

	2012	2013	2014
Dívida total	204 226 423	175 883 094	165 797 966
Receitas Certas (Receitas Próprias + Fundos)	137 210 914	143 273 163	142 990 096
Receitas Certas / Dívida total (%)	67	81	86

Balanço

Ativo

No final de 2014, os municípios dos Açores tinham um ativo líquido total de 1.255 milhões de euros, valor ligeiramente superior ao registado em 2013 em 0,7%. A maior rubrica do Ativo, o imobilizado corpóreo, representando 88,8%, registou um crescimento semelhante. O crescimento no ativo líquido foi de apenas, 4,0 M€, apesar do ativo bruto ter aumentado 50,6 M€, uma vez que as amortizações do exercício foram de 40,6 M€.

As dívidas de Terceiros diminuíram 24,3%. Esta redução deve-se à diminuição na rubrica outros devedores, onde se incluem as participações recebidas dos fundos comunitários. As transferências dos fundos comunitários aumentaram 6,2 M€.



Balanço Global - Municípios da RAA	2012		2013		2014		2013/14
	Valores €	%	Valores €	%	Valores €	%	%
Imobilizado Incorpóreo	5 517 768	0,4	5 181 839	0,4	4 558 988	0,4	-12,0
Imobilizado Corpóreo	1 100 226 849	89,1	1 111 208 739	89,1	1 115 373 216	88,8	0,4
Imobilizado Financeiro	66 907 885	5,4	77 153 049	6,2	79 902 515	6,4	3,6
Existências	2 166 062	0,2	2 194 199	0,2	2 154 327	0,2	-1,8
Dívidas de Terceiros	28 600 044	2,3	30 299 023	2,4	22 942 934	1,8	-24,3
Disponibilidades	8 737 649	0,7	12 246 883	1,0	15 685 860	1,2	28,1
Acréscimos de Proveitos	3 185 078	0,3	3 960 932	0,3	10 288 223	0,8	159,7
Custos Diferidos	19 617 184	1,6	5 002 556	0,4	4 993 263	0,4	-0,2
Ativo Total	1 234 958 520	100,0	1 247 247 220	100,0	1 255 899 326	100,0	0,69
Fundos Próprios	702 653 807		730 547 941	58,6	741 401 258	59,0	1,5
						13,2	
Provisões para riscos e encargos	2 083 688	0,4	5 076 256	1,0	4 198 118	0,8	-17,3
Dívida de médio e longo prazo	161 187 689	78,9	151 799 619	86,3	147 394 171	88,9	-2,9
Dívida de curto prazo	43 038 734	21,1	24 083 474	13,7	18 403 795	11,1	-23,6
Passivo Exigível	206 310 111		180 959 349		169 996 084		-6,1
Acréscimos de Custos	5 835 793	1,1	7 567 279	1,5	8 189 281	1,6	8,2
Proveitos Diferidos	320 158 809	60,1	328 172 650	63,5	336 312 703	65,4	2,5
Passivo Total	532 304 713	162	516 699 278	166	514 498 068	168	-0,4
Fundo Próprios e Passivo	1 234 958 520		1 247 247 220		1 255 899 326		0,7

Fundos próprios

Os fundos próprios aumentaram 1,5% devido, sobretudo, a um aumento do resultado líquido do exercício que passam de 4,6 M€ para 10,1 M€.

Passivo

O passivo exigível registou uma quebra de 6,1%, em parte explicada pela diminuição na dívida de curto prazo (23,6%), que associada a uma redução de cerca de 3% na dívida de médio e longo, perde peso na estrutura do passivo, representando agora 11,1%.



Demonstração de Resultados

Em valores agregados, os municípios tiveram um resultado líquido global de 10,1 M€ em 2014, melhorando significativamente face ao ano anterior (mais 119,2%).

Esta melhoria de resultados, de uma forma geral, deve-se mais a uma redução dos custos do que a um aumento dos proveitos. Relativamente aos custos verificou-se uma redução nas provisões do exercício no valor de 3,2 M€ e uma redução nos custos e perdas extraordinárias no valor de 2,6 M€. Por outro lado, verifica-se um aumento dos proveitos e ganhos extraordinários no valor de 1,7 M€. A diminuição de apenas 0,8% nos custos operacionais, associada ao aumento de 0,2% nos proveitos operacionais, originou um aumento de 63% nos resultados operacionais, devido ao peso da parte operacional de cerca de 90% no total.

Demonstração de Resultados - Municípios da RAA	2012 (€)	2013 (€)	2014 (€)	2013 / 2014 (%)
Amortizações do exercício	37 742 070	39 581 711	40 615 390	2,6
Provisões do exercício	385 727	3 648 098	427 920	-88,3
Custos operacionais	124 693 935	140 132 724	139 070 592	-0,8
Proveitos operacionais	140 502 008	142 306 017	142 612 026	0,2
Custos e perdas financeiros	5 458 302	3 602 229	3 746 150	4,0
Proveitos e ganhos financeiros	2 571 471	2 127 599	2 116 154	-0,5
Custos e perdas extraordinários	18 131 919	12 375 584	9 781 279	-21,0
Proveitos e ganhos extraordinários	16 752 816	16 283 388	17 967 536	10,3
Resultados operacionais	15 808 073	2 173 293	3 541 434	63,0
Resultados financeiros	-2 886 831	-1 474 629	-1 629 997	10,5
Resultados extraordinários	-1 379 104	3 907 804	8 186 257	109,5
Resultado líquido do exercício	11 542 138	4 606 468	10 097 694	119,2



IV – JUSTIFICAÇÃO DA PREVISÃO ORÇAMENTAL

A previsão orçamental da receita e da despesa constante na presente proposta de Orçamento da Região Autónoma dos Açores (ORAA) para o ano de 2016, utiliza a mesma metodologia que tem sido usada no passado recente, contribuindo, assim, para uma análise mais fácil, transparente e rigorosa deste documento.

Apresenta-se, de seguida, a estrutura da proposta do ORAA para 2016, excluindo-se o valor das operações extraorçamentais e da dotação provisional.

	Milhares de Euros
	2016
1. Receitas Correntes	852.505,0
2. Despesas Correntes	669.004,9
3. Encargos da Dívida Pública	13.500,0
4. Saldo Corrente (1-2)	183.500,1
5. Receitas de Capital	301.907,5
6. Empréstimos	188.943,0
7. Despesas de Capital	524.607,6
8. Amortização de Dívida	138.943,0
9. Saldo de Capital (5-7)	-222.700,1
10. Saldo Global (4+9)	-39.200,0
11. Saldo Primário (10+3)	-25.700,0

Não inclui a dotação provisional



A) Orçamento da Receita

Para o ano de 2016, prevê-se uma receita global, na ordem dos 1.577,9 milhões de euros. Excluindo-se o montante de 234,5 milhões de euros, previsto em operações extraorçamentais, o valor da receita atinge os 1.343,4 milhões de euros.

Aos valores globais da receita são excluídos os passivos financeiros, centrando-se a análise apenas no âmbito da receita efetiva.

O orçamento da Região é financiado essencialmente pelas receitas próprias, pelas transferências do Orçamento de Estado e da União Europeia.

As receitas efetivas atingem o valor global de 1.154,4 milhões de euros.

As receitas próprias, mantêm-se como a principal fonte de financiamento do orçamento, representando 59,3% do total da receita efetiva.

As transferências do Orçamento de Estado e da União Europeia continuam a ter um peso muito significativo no financiamento do orçamento regional, representando 22,3% e 18,4%, respetivamente, do total da receita efetiva.

Receitas Próprias

Estima-se que as receitas próprias atinjam, em 2016, o montante de 684,6 milhões de euros.

No âmbito destas, destacam-se as receitas fiscais, as quais, com 657,5 milhões de euros, representam 96,0% do respetivo total.

Os impostos diretos atingem uma previsão orçamental de 238,7 milhões de euros, mais 2,9% do que o orçamentado para 2015, e mais 2,7% relativamente ao projetado para a execução do corrente ano, representando cerca de 36,3% do total das receitas fiscais.

Estima-se que a receita do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) atinja os 188,7 milhões de euros, valor que traduz um acréscimo de 2%, relativamente à execução esperada para final do corrente ano.



Prevê-se uma receita para o Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) de 50 milhões de euros, mais 5,5% do que o projetado para o final do corrente ano. Esta previsão corresponde a uma estimativa prudente, tendo em conta a variação homóloga deste imposto em setembro de 2015, mais 13,0% .

Os impostos indiretos atingem uma previsão orçamental de 411,8 milhões de euros, mais 3,7% do que o valor provisório de execução para 2015.

Estima-se uma receita do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) na ordem dos 290,5 milhões de euros, mais 4,7% do que o previsto para 2015. A previsão deste imposto, foi efetuada de acordo com a Portaria n.º 77-A/2014, de 31 de março.

Para o Imposto sobre os Produtos Petrolíferos (ISP), estima-se uma receita de 51,0 milhões de euros, praticamente igual à dotação prevista para o corrente ano.

A previsão orçamental para o Imposto sobre o Tabaco (IT) atinge o valor de 35,7 milhões de euros, mais 2,0% do que a receita provisória deste imposto para o presente ano.

O Imposto sobre Veículos (ISV) atinge uma previsão orçamental de 5,7 milhões de euros.

Para o Imposto do Selo estima-se uma receita de 18,2 milhões de euros, valor semelhante à previsão constante do orçamento do corrente ano.

Relativamente ao Imposto único de Circulação (IUC) e aos outros impostos, estima-se, para 2016, uma de receita global de 4,7 milhões de euros, mais 5,0% da execução esperada para o final do corrente ano.

As previsões efetuadas relativamente aos impostos sobre o consumo refletem a situação económica e financeira que a Região vive atualmente, resultante de um aumento significativo da atividade económica e do ajustamento fiscal concretizado no corrente ano.

A previsão efetuada em sede de receitas fiscais, regista apenas um crescimento médio de 3,3%, relativamente à estimativa de execução no final do corrente ano, a qual, a exemplo dos anos anteriores é considerada prudente, especialmente para o próximo ano, dado que não se tem ainda conhecimento daquela que será a política fiscal do Governo da República para o ano de 2016.



No que concerne às outras receitas próprias, prevê-se um valor global de 27,1 milhões de euros, o qual integra um conjunto diversificado de capítulos de receita.

Transferências do Orçamento do Estado

Prevê-se que as transferências do Orçamento do Estado, para 2016, atinjam o montante global de 257,4 milhões de euros, nos termos do estipulado na Lei Orgânica n.º 2/2013, de 2 de setembro – Lei das Finanças das Regiões Autónomas, dos quais, 180,3 milhões de euros, se destinam a compensar os custos de insularidade, 72,1 milhões de euros, relativos ao Fundo de Coesão.

Transferências da União Europeia

As transferências da União Europeia deverão atingir, em 2016, o montante global de 212,4 milhões de euros, correspondentes ao cofinanciamento comunitário de um conjunto de projetos de investimento compreendidos no âmbito do capítulo 50 do Orçamento da Região Autónoma dos Açores, tendo em conta que em 2016, será o primeiro ano de pleno funcionamento do PO Açores 2020.

A execução desta componente de receita fica sempre condicionada à execução material e financeira dos projetos cofinanciados.

Operações Extraorçamentais

O valor global orçamentado para operações extraorçamentais é de 234,5 milhões de euros, integrando verbas dos seguintes grupos de receita – operações de tesouraria, retenções de receita do Estado, com 41,0 milhões de euros e as outras operações de tesouraria, com 193,5 milhões de euros.



A) Orçamento da Despesa

Em 2016, prevê-se que o valor total da despesa orçamentada, atinja os 1.577,9 milhões de euros, incluindo uma previsão de 234,5 milhões de euros, em operações extraorçamentais.

A análise ao orçamento da despesa é efetuada, tal como estabelece a Lei de Enquadramento do Orçamento da Região Autónoma dos Açores, nos termos das respetivas classificações legais, nomeadamente, a classificação económica, a classificação orgânica e a classificação funcional.

Classificação Económica

A despesa é estruturada de acordo com a natureza das respetivas aplicações dos fundos previstos em sede orçamental, conforme quadro seguinte, excluindo os montantes orçamentados para a dotação provisional, os montantes dos passivos financeiros e as operações extraorçamentais.

	(Euros)				
	2015	%	2016	%	Var.
1. Despesas Correntes	666.279.791	57,9%	669.004.921	56,0%	0,4%
Despesas com Pessoal	305.359.639	26,5%	309.237.206	25,9%	1,3%
Transferências	321.225.642	27,9%	320.889.651	26,9%	-0,1%
Aquisição de Bens e Serviços	14.523.579	1,3%	14.327.400	1,2%	-1,4%
Juros e Outros Encargos	13.950.000	1,2%	13.500.000	1,1%	-3,2%
Outras	11.220.931	1,0%	11.050.664	0,9%	-1,5%
2. Despesas de Capital	879.373	0,1%	820.100	0,1%	-6,7%
Aquisição de Bens	497.573	0,0%	442.100	0,0%	-11,1%
Outras	381.800	0,0%	378.000	0,0%	-1,0%
3. Despesas de Funcionamento (1+2)	667.159.164	58,0%	669.825.021	56,1%	0,4%
4. Despesas do Plano	483.621.722	42,0%	523.787.513	43,9%	8,3%
5. Total da Despesa (3+4)	1.150.780.886	100,0%	1.193.612.534	100,0%	3,7%



Prevê-se que as despesas de funcionamento, atinjam os 669,8 milhões de euros, o que corresponde a um acréscimo apenas de 0,4%, relativamente ao previsto para o corrente ano. Deste total, 669,0 milhões de euros, constituem as despesa correntes. Deste total, 94,2%, dizem respeito a despesas com pessoal e transferências.

As despesas com pessoal estão orçamentadas em 309,2 milhões de euros, mais 1,3% do que o estimado para 2015. Esta dotação, sendo a única rubrica das despesas de funcionamento com uma taxa de variação positiva, acomoda o impacto esperado da reversão dos cortes a efetuar pelo Governo da República em 2016.

A dotação proposta para o agregado das transferências correntes, atinge o valor de 320,9 milhões de euros, montante sensivelmente igual ao do corrente ano.

No agrupamento económico das transferências, estão contempladas as verbas destinadas aos serviços pertencentes ao Serviço Regional de Saúde – com uma dotação de 291,0 milhões de euros – bem como a dotação destinada a assegurar o pagamento do complemento regional de pensões – com uma dotação de 24,4 milhões de euros – para além das despesas com pessoal dos diversos fundos e serviços autónomos que constituem a administração indireta da Região.

A aquisição de bens e serviços correntes atinge um valor de 14,3 milhões de euros, menos 1,4% do que o correspondente valor do ano anterior, diminuição esta que se vem registando nos últimos anos, e que demonstra a eficaz política de contenção imposta pelo Governo Regional a este tipo de despesas.

Para os juros da dívida pública e outros encargos, está prevista uma dotação de 13,5 milhões de euros. Nesta rubrica tem-se em consideração a atual conjuntura económica e financeira, na qual as taxas de juro se têm mantido em níveis muito baixos. Parte dos empréstimos da Região têm as suas taxas de juro indexadas à Euribor e fixadas antecipadamente pelo que os juros destes empréstimos a pagar em 2016 já se encontram fixados.

As outras despesas correntes estão estimadas em 11,1 milhões de euros, dos quais, 10,4 milhões de euros, destinam-se ao financiamento corrente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

As despesas de capital atingem uma dotação global de apenas 0,8 milhões de euros, dos quais, 0,4 milhões de euros, destinam-se a aquisição de bens de capital e os restantes 0,4



milhões de euros, ao financiamento de despesas de capital da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

As despesas do plano contempladas no capítulo 50 do Orçamento da Região Autónoma dos Açores, apresentam, em 2016, uma previsão orçamental de 523,8 milhões de euros, mais 8,3% do que o orçamentado em 2015, com o objetivo de estimular a economia açoriana através do investimento o qual terá um efeito multiplicador na mesma, estimulando a criação de mais postos de trabalho, contribui para a diminuição do desemprego e promove as transações comerciais na Região.

Classificação Orgânica

A desagregação da despesa pelos diversos departamentos governamentais regionais, é explicitada de seguida.

	2015	%	2016	Euros %
Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores	10.774.100	0,8%	10.774.100	0,8%
Presidência do Governo Regional	10.725.898	0,8%	10.994.655	0,8%
Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competit. Empresarial	342.110.697	25,3%	376.746.607	26,4%
Sec. Reg. da Solidariedade Social	57.501.960	4,3%	64.017.382	4,5%
Sec. Reg. da Saúde	337.661.195	25,0%	331.689.209	23,2%
Sec. Reg. da Educação e Cultura	297.215.988	22,0%	311.727.681	21,8%
Sec. Reg. do Turismo e Transportes	160.371.691	11,9%	169.814.190	11,9%
Sec. Reg. do Mar, Ciência e Tecnologia	31.987.656	2,4%	39.966.033	2,8%
Sec. Reg. da Agricultura e Ambiente	101.361.324	7,5%	112.415.797	7,9%
Total	1.349.710.509	100%	1.428.145.654	100%

A Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial, a Secretaria Regional da Saúde e Secretaria Regional da Educação e Cultura, representam, no seu conjunto, 71,4% do total da despesa pública prevista.

A Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial com uma verba de 376,7 milhões de euros, regista um crescimento de 10,1%, mais 34,6 milhões de euros, seguindo-se a Secretaria Regional da Saúde, com uma verba de 331,7 milhões de euros, dos quais 291,0 milhões de euros afetos ao Serviço Regional de Saúde.

À Secretaria Regional da Educação e Cultura, fica com uma dotação de 311,7 milhões de euros. Deste montante, destacam-se as verbas afetas à Direção Regional da Educação, com 211,8 milhões de euros.



O quadro seguinte apresenta a mesma estrutura orgânica da despesa global, não se considerando o montante das operações extraorçamentais.

	2015	%	2016	Euros %
Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores	10.774.100	0,9%	10.774.100	0,9%
Presidência do Governo Regional	10.725.893	0,9%	10.994.650	0,9%
Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competit. Empresarial	143.232.119	12,4%	142.234.527	11,9%
Sec. Reg. da Solidariedade Social	57.501.955	5,0%	64.017.377	5,4%
Sec. Reg. da Saúde	337.661.190	29,3%	331.689.204	27,8%
Sec. Reg. da Educação e Cultura	297.215.988	25,8%	311.727.681	26,1%
Sec. Reg. do Turismo e Transportes	160.321.686	13,9%	169.804.185	14,2%
Sec. Reg. do Mar, Ciência e Tecnologia	31.986.651	2,8%	39.956.028	3,3%
Sec. Reg. da Agricultura e Ambiente	101.361.304	8,8%	112.414.782	9,4%
Total	1.150.780.886	100%	1.193.612.534	100%

A Secretaria Regional da Saúde, é o departamento regional com o maior peso na estrutura da despesa, com 27,8% do respetivo total.

A Secretaria Regional da Educação e Cultura, tem igualmente, um peso muito significativo, atingindo os 26,1%, do total da despesa.

No seu conjunto, estes dois importantes sectores sociais representam, 53,9% do total da despesa orçamentada.

O quadro a seguir apresentado contempla as despesas previstas no capítulo 50 do orçamento da Região Autónoma dos Açores, para o ano de 2016, distribuídas pelos diversos departamentos da administração pública.



	2015	%	2016	Euros %
Presidência do Governo Regional	3.940.853	0,8%	4.193.950	0,8%
Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competit. Empresarial	77.990.700	16,1%	78.735.750	15,0%
Sec. Reg. da Solidariedade Social	50.355.040	10,4%	56.923.588	10,9%
Sec. Reg. da Saúde	43.207.490	8,9%	37.249.704	7,1%
Sec. Reg. da Educação e Cultura	77.256.988	16,0%	85.964.854	16,4%
Sec. Reg. do Turismo e Transportes	137.241.186	28,4%	147.398.775	28,1%
Sec. Reg. do Mar, Ciência e Tecnologia	28.662.361	5,9%	36.673.278	7,0%
Sec. Reg. da Agricultura e Ambiente	64.967.104	13,4%	76.647.614	14,6%
Total	483.621.722	100%	523.787.513	100%

A Secretaria Regional do Turismo e Transportes, com 147,4 milhões de euros de dotação, é o departamento regional com o maior volume de despesas de investimento, representando 28,1% do respetivo total e um acréscimo de 7,4% relativamente ao ano de 2015.

A Secretaria Regional da Educação e Cultura, com uma dotação de 86,0 milhões de euros e a Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial com 78,7 milhões de euros, contemplam, igualmente, um volume financeiro significativo, representando conjuntamente 31,4% do total das despesas de investimento previstas para 2016.

Classificação Funcional

Nos termos desta classificação, a despesa é distribuída pelas diversas funções que ao Estado cabe desempenhar.

O quadro seguinte apresenta a estrutura da despesa global prevista para 2016, sem as operações extraorçamentais.



Região Autónoma dos Açores
Vice - Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional do Orçamento e Tesouro

	2015	%	2016	Euros
				%
1. Funções Gerais de Soberania	122.552.539	10,6%	122.025.673	10,2%
1.01 Serviços Gerais da Administração Pública	122.552.539	10,6%	122.025.673	10,2%
2. Funções Sociais	713.004.198	62,0%	732.301.405	61,4%
2.01 Educação	262.980.234	22,9%	275.515.487	23,1%
2.02 Saúde	327.187.295	28,4%	320.322.792	26,8%
2.03 Segurança e Ação Social	31.833.130	2,8%	37.664.805	3,2%
2.04 Habitação e Equipamentos Colectivos	55.164.556	4,8%	60.162.218	5,0%
2.05 Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	35.838.983	3,1%	38.636.103	3,2%
3. Funções Económicas	288.274.376	25,1%	312.575.456	26,2%
3.01 Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	75.630.509	6,6%	86.935.276	7,3%
3.03 Transportes e Comunicações	130.296.383	11,3%	142.253.492	11,9%
3.05 Outras Funções Económicas	82.347.484	7,2%	83.386.688	7,0%
4. Outras Funções	26.949.773	2,3%	26.710.000	2,2%
4.01 Operações da Dívida Pública	13.950.000	1,2%	13.500.000	1,1%
4.03 Diversas não Especificadas	12.999.773	1,1%	13.210.000	1,1%
Total	1.150.780.886	100%	1.193.612.534	100%

As funções sociais, com uma dotação global de 732,3 milhões de euros, são o sector com maior peso na estrutura da despesa, para 2016, representando 61,4% do respetivo total.

No âmbito das funções sociais, são os sectores da Saúde e da Educação, com 320,3 e 275,5 milhões de euros, respetivamente, os que têm maior representatividade.

As funções económicas atingem uma previsão global de 312,6 milhões de euros, representando 26,2% da despesa orçamentada, para 2016, destacando-se o sector dos Transportes e Comunicações, com uma dotação de 142,3 milhões de euros, representando 45,5% das funções económicas e 11,9% do total da despesa prevista para o ano de 2016.

As funções gerais de soberania e as outras funções totalizam 148,7 milhões de euros, representando no seu conjunto 12,5% do total da despesa orçamentada para 2016.



B) Orçamento dos Fundos e Serviços Autónomos

Ao abrigo do artigo 12.º da Lei n.º 79/98, de 24 de Novembro na sua versão atual – Lei de Enquadramento Orçamental – incluem-se na presente proposta de orçamento os mapas com as receitas globais dos Fundos e Serviços Autónomos (FSA) bem como as entidades empresariais inseridas no sector público administrativo – Ilhas de Valor, S.A., SDEA, S.A., Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo – PJCSC, SPRHI, S.A., Saudaçor, S.A., Hospital Divino Espírito Santo, E.P.E., Hospital Santo Espírito da Ilha Terceira, E.P.E., Hospital da Horta, E.P.E., Teatro Micaelense, S.A., Atlânticoline, S.A., ATA – Associação de Turismo dos Açores, IROA, S.A., AZORINA, S.A., GSU – Gestão de Sistemas Urbanos dos Açores, especificadas segundo uma classificação orgânica, por capítulos.

As despesas globais dos FSA, também são especificadas, segundo as suas classificações orgânica, funcional e económica.

Classificação Económica

O orçamento consolidado dos serviços e fundos autónomos e das entidades empresariais inseridas no sector público administrativo, para 2016, segundo a sua classificação económica, é o que de seguida se apresenta.



DESIGNAÇÃO DA RECEITA	Euros	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	Euros
RECEITAS CORRENTES	430.935.039	DESPESAS CORRENTES	526.227.537
Impostos diretos	0	Despesas com pessoal	182.121.416
Impostos indiretos	0	Aq. de bens e serviços correntes	217.409.294
Cont. para Seg. social, C.G.A e ADSE	0	Juros e outros encargos	38.473.027
Txs,multas e outras penalidades	11.717.441	Juros da dívida pública	17.343.599
Rend. de propriedades	58.131	Outros encargos correntes da dívida pública	21.129.428
Transferências	349.638.355	Transferências Correntes	60.933.413
Adm. Públicas	304.999.643	Adm. Públicas	2.062.232
Outros setores	44.638.712	Outros setores	58.871.181
Venda de bens e serviços correntes	61.914.137	Subsídios	24.572.239
Outras receitas correntes	7.606.975	Outras despesas correntes	2.718.148
RECEITAS DE CAPITAL	254.281.872	DESPESAS DE CAPITAL	160.281.482
Venda de bens de investimento	0	Aquisição de bens de capital	28.047.492
Transferências	145.099.738	Transferências de Capital	4.874.000
Adm. Públicas	128.830.500	Adm. Públicas	634.550
Outros setores	16.269.238	Outros setores	4.239.450
Ativos financeiros	280.875	Ativos financeiros	7.562.412
Passivos financeiros	108.777.352	Passivos financeiros	110.753.028
Outras receitas de capital	123.907	Outras despesas de capital	9.044.550
SUB-TOTAL	685.216.911	SUB-TOTAL	686.509.019
Reposições	90.988		
Saldo da gerência anterior	1.201.120		
Operações extra-orçamentais	2.721.900	Operações extra-orçamentais	2.721.900
TOTAL	689.230.919	TOTAL	689.230.919

A previsão global para o orçamento consolidado dos fundos e serviços autónomos e entidades empresariais inseridas no sector público administrativo do próximo ano, situa-se nos 689,2 milhões de euros.

A receita corrente, com 430,9 milhões de euros representa 62,5% do total orçamentado, enquanto os 254,3 milhões de euros previstos para as receitas de capital equivalem a 36,9%. Os restantes 4,0 milhões de euros referem-se a reposições, saldo da gerência anterior e operações extraorçamentais.

No agregado das receitas correntes, sobressaem as transferências, as quais, com 349,6 milhões de euros, representam 81,1% do total da receita corrente.



Do total das receitas de capital previstas, 145,1 milhões de euros respeitam a transferências.

Estima-se que a despesa, se situe nos 689,2 milhões de euros, desagregados por 526,2 milhões de euros para as despesas correntes (76,4%), 160,3 milhões de euros para as despesas de capital (23,3%) e por 2,7 milhões de euros de operações extraordinárias (0,4%).

Do total das despesas correntes sobressaem as aquisições de bens e serviços correntes e as despesas com pessoal, que representam 34,6%, e 41,3% respetivamente, do total das despesas correntes, representando no seu conjunto, a 399,5 milhões de euros.

A despesa de capital será na ordem dos 160,3 milhões de euros, dos quais 110,8 milhões de euros dizem respeito a passivos financeiros.

Classificação Orgânica

O orçamento dos serviços e fundos autónomos segundo a sua classificação orgânica é a que abaixo se apresenta:

Departamentos	Montantes em €	%
Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial	86.733.885	12,58%
Secretaria Regional da Solidariedade Social	78.178.245	11,34%
Secretaria Regional da Saúde	413.311.172	59,97%
Secretaria Regional da Educação e Cultura	23.251.491	3,37%
Secretaria Regional do Turismo e Transportes	54.656.455	7,93%
Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia	5.514.900	0,80%
Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente	27.584.771	4,00%
Total	689.230.919	100,00%

O departamento governamental que assume o maior peso no total das despesas orçamentadas para os FSA é a Secretaria Regional da Saúde, com 413,3 milhões de euros (60,0%). Dos FSA e das entidades empresariais inseridas no sector público administrativo destacam-se, pelo peso que assumem no orçamento deste departamento:

- Saudaçor, S.A. – 26,0%
- Hospital do Divino Espírito Santo – 25,4%
- Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira – 17,2%
- Unidade de Saúde da Ilha de São Miguel – 10,9%



Ressalvam-se, ainda, a Vice Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial, a qual, com 86,7 milhões de euros representa 12,6% do total orçamentado, destacando-se o Fundo Regional do Emprego com 62,2% do valor orçamentado para este departamento.

Classificação Funcional

A classificação funcional das despesas globais dos FSA, é a especificada no quadro seguinte.

Descrição	Montantes em €	%
Funções Gerais Soberania	40.006.173	5,8%
Funções Sociais	518.278.507	75,2%
Funções Económicas	76.913.339	11,2%
Outras Funções	54.032.900	7,8%
TOTAL	689.230.919	100,00%

As despesas afetas às funções sociais são as que mais se evidenciam, com 518,3 milhões de euros (75,2%) do total da despesa, sucedendo-se as funções económicas com 76,9 milhões de euros (11,2%), as outras funções com 54,0 milhões de euros (7,8%) e as funções gerais de soberania com 40,0 milhões de euros (5,8%).

Às funções de carácter social, são atribuídas as seguintes dotações:

- Saúde – 410,7 milhões de euros;
- Habitação e Serviços Coletivos – 72,0 milhões de euros;
- Educação – 20,7 milhões de euros;
- Segurança e Ações Sociais – 12,4 milhões de euros;
- Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos – 2,5 milhões de euros.

Os 76,9 milhões de euros afetos às funções económicas decompõem-se em:

- Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca – 22,3 milhões de euros;
- Transportes e Comunicações – 20,4 milhões de euros.
- Indústria e Energia – 18,8 milhões de euros;
- Comércio e Turismo – 15,5 milhões de euros.



Quanto aos 54,0 milhões de euros afetos às outras funções, estes são na sua totalidade canalizados para funções diversas não especificadas.

A importância destinada às funções gerais de soberania será unicamente utilizada para fazer face a despesas com os serviços gerais da administração pública.



D) Orçamento Consolidado do Sector Público Administrativo

O orçamento consolidado do Sector Público Administrativo - serviços e organismos dotados de autonomia administrativa e financeira e as entidades empresariais no âmbito do S.P.A., para 2016, é de 1.841,9 milhões de euros.

	(Milhões de euros)
Receitas Correntes	987,0
Impostos Diretos	238,7
Impostos Indiretos	411,8
Contribuições para a Segurança Social	9,5
Taxas, multas e outras penalidades	18,7
Rendimentos de propriedade	3,7
Transferências Correntes	233,5
Administrações Públicas	180,7
Outras	52,8
Venda de Bens e Serviços Correntes	62,5
Outras Receitas Correntes	8,6
Receitas de Capital	614,3
Venda de Bens de Investimento	9,7
Transferências de Capital	305,8
Administrações Públicas	77,1
Outras	228,7
Ativos Financeiros	0,8
Passivos Financeiros	297,7
Outras Receitas de Capital	0,3
Outras Receitas	3,3
Reposições	2,1
Saldo de Gerência Anterior	1,2
Operações Extra-Orçamentais	237,3
Total da Receita	1.841,9
Despesas Correntes	980,5
Despesas com Pessoal	492,9
Aquisição de Bens e Serviços Correntes	260,7
Juros e Outros Encargos	52,0
Transferências Correntes	120,6
Administrações Públicas	37,3
Outras	83,4
Subsídios	29,7
Outras despesas Correntes	24,7
Despesas de Capital	624,1
Aquisição de Bens de Capital	123,8
Transferências Capital	233,6
Administrações Públicas	0,6
Outras	233,0
Ativos Financeiros	7,6
Passivos Financeiros	249,7
Outras despesas de Capital	9,4
Operações Extra-Orçamentais	237,3
Total da Despesa	1.841,9



Prevê-se que as receitas correntes atinjam os 987,0 milhões de euros (53,6% do total da receita), das quais 650,5 milhões de euros dizem respeito a receitas fiscais e os restantes 336,5 milhões de euros a outras receitas correntes.

Estima-se que as receitas de capital, permitam uma arrecadação de 614,3 milhões de euros.

Do valor orçamentado para as despesas correntes (980,5 milhões de euros) 50,3% dizem respeito a despesas com pessoal (492,9 milhões de euros).

Para as despesas de capital está prevista uma execução de 624,1 milhões de euros.

O orçamento das operações extraorçamentais atinge os 237,3 milhões de euros, 12,9% do total da despesa.



V – DÍVIDA PÚBLICA REGIONAL

A - Dívida Direta

A Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro – lei que aprovou o Orçamento de Estado para 2014, determinou no n.º 1 do artigo 141.º a impossibilidade da Região Autónoma dos Açores aumentar o seu endividamento líquido, excecionando no seu n.º 2, à semelhança dos anos anteriores, as situações decorrentes do financiamento de projetos com participação de fundos comunitários, à regularização de dívidas vencidas da Região ou para fazer face às necessidades de financiamento decorrentes da execução orçamental das regiões autónomas.

Em consequência do disposto, o stock da dívida pública direta da Região, a 31 de Dezembro de 2014, atingiu os 473,6 milhões de euros, conforme de seguida se apresenta.

(Euros)

	Capital em dívida
Dexia - Project & Public Finance	56.500.000,00
Dexia Sabadell	91.000.000,00
Depfa - Bank	49.800.000,00
Governo da República	113.167.710,22
Governo da República	6.832.289,78
Sindicato CGD,BPI,BANIF e Millennium	50.000.000,00
CCAMA & CCCAM	20.000.000,00
BIC	37.287.000,00
Caixa Geral de Depósitos	19.000.000,00
Sindicato BPI/CGD	30.000.000,00
	473.587.000,00

Serviço da Dívida Pública

Os juros da dívida pública apresentaram, em 31 de dezembro de 2014, uma execução orçamental de 15,5 milhões de euros.

A evolução dos juros, amortizações e outros encargos correntes da dívida pública, no período de 2010 a 2014, é a que abaixo se explicita.



Juros dívida direta 2008/2014

(Milhares de Euros)

Anos	Juros	Amortizações	Outros Encargos	Total
2010	8.870	0	75	8.945
2011	12.874	0	108	12.981
2012	15.013	127.314	278	142.605
2013	14.609	29.980	526	45.115
2014	15.527	19.143	125	34.794

Em 2015, ao abrigo do artigo 8.º do Decreto Legislativo Regional n.º 1/2015/A, de 7 de janeiro e nos termos do n.º 2 do artigo 142.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a Região obteve autorização do membro do Governo da República, responsável pela área das finanças, para aumentar o seu endividamento líquido até ao limite de 50 milhões de euros. No corrente ano, a Região contraiu um empréstimo, junto da Caixa Geral de Depósitos, S.A. no montante de 19,0 milhões de euros, no âmbito da sua política de refinanciamento de outros empréstimos visando a sua diversificação e obtenção de encargos mais reduzidos.

B – Avals

No final de 2014, a responsabilidade da Região com avals, atingiu os 611,9 milhões de euros, repartidos da forma que de seguida se explicita.



Responsabilidades com avales a 31 de dezembro de 2014

(Euros)

AVAL	MUTUANTE	MUTUÁRIO	CAPITAL INICIAL	RESPONSABILIDADE
1/01	B.E.I.	E.D.A., S.A.	30.000.000,00	6.000.000,00
1/02	B.E.I.	E.D.A., S.A.	20.000.000,00	6.000.000,00
2/03	B.E.I.	E.D.A., S.A.	40.000.000,00	16.000.000,00
1/05	B.E.I.	E.D.A., S.A.	30.000.000,00	18.000.000,00
2/05	Credit Suisse First Boston	SAUDAÇOR, S.A.	80.000.000,00	80.000.000,00
3/05	Credit Suisse First Boston	SPRHI, S.A.	30.000.000,00	30.000.000,00
1/06	DEPFA Bank	SPRHI, S.A.	36.000.000,00	36.000.000,00
1/07	Caixa Geral de Depósitos	SPRHI, S.A.	26.000.000,00	26.000.000,00
1/08	Déxia Credit local	SPRHI, S.A.	11.400.000,00	5.700.000,03
1/09	Déxia Credit local	SPRHI, S.A.	9.000.000,00	4.050.000,00
1/10	BANIF- Banco Internacional do Funchal, SA	SPRHI, S.A.	4.500.000,00	3.042.359,17
2/10	Caixa Geral de Depósitos, SA	SAUDAÇOR, S.A.	15.000.000,00	15.000.000,00
2/11	Santander	SAUDAÇOR, S.A.	9.000.000,00	3.600.000,00
2/12	C.C.A.M. dos Açores	SAUDAÇOR, S.A.	6.000.000,00	3.551.020,40
3/12	Banco BPI	LOTAÇOR, S.A.	11.300.000,00	9.050.000,00
4/12	Caixa Geral de Depósitos, SA	SAUDAÇOR, S.A.	30.500.000,00	29.060.000,00
1/13	Caixa económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo	LOTAÇOR, S.A.	1.500.000,00	1.500.000,00
2/13	BANIF- banco Internacional do Funchal, SA	SPRHI, S.A.	22.000.000,00	19.800.000,00
3/13	Banco Português de Gestão	SINAGA,S.A.	1.650.000,00	1.650.000,00
4/13	Banco Santander Totta, SA.	SAUDAÇOR, S.A.	4.870.876,78	4.047.761,54
5/13	BANIF- banco Internacional do Funchal, SA	SAUDAÇOR, S.A.	20.400.000,00	19.735.467,97
6/13	Caixa Geral de Depósitos, SA	SAUDAÇOR, S.A.	5.400.000,00	5.307.923,03
7/13	Caixa Geral de Depósitos, SA	SAUDAÇOR, S.A.	34.000.000,00	32.440.000,00
1/14	Caixa de Crédito Agrícola Mutuo dos Açores	IROA, SA	4.945.000,00	4.614.168,59
3/14	B.E.I.	EDA, S.A.	50.000.000,00	30.000.000,00
4/14	Banco Bic Português, S.A.	SAUDAÇOR, S.A.	12.100.000,00	10.890.000,00
5/14	Caixa Económica montepio Geral, S.A.	HH, EPE	2.000.000,00	2.000.000,00
6/14	Caixa de Crédito Agrícola Mutuo dos Açores	SINAGA,S.A.	2.240.000,00	2.240.000,00
7/14	Banco Espírito Santo os Açores, S.A.	Ilhas de Valor, S.A.	4.200.000,00	3.964.000,00
8/14	Banco Português de Gestão, S.A.	SPRHI, S.A.	3.000.000,00	3.000.000,00
9/14	Caixa Económica montepio Geral, S.A.	SPRHI, S.A.	2.500.000,00	1.030.000,00
10/14	BANIF- banco Internacional do Funchal, SA	LOTAÇOR, S.A.	2.000.000,00	2.000.000,00
11/14	Banco Santander Totta, SA.	SAUDAÇOR, S.A.	5.000.000,00	5.000.000,00
12/14	Banco Português de Gestão, S.A.	SAUDAÇOR, S.A.	4.000.000,00	4.000.000,00
13/14	Caixa de Crédito Agrícola Mutuo dos Açores	SINAGA,S.A.	1.583.333,32	1.503.333,32
14/14	Caixa de Crédito Agrícola Mutuo dos Açores	SINAGA,S.A.	1.500.000,00	1.430.000,00
15/14	Banco Espírito Santo os Açores, S.A.	AZORINA, S.A.	1.600.000,00	1.600.000,00
16/14	Caixa Económica da Misericórdia de AH	SINAGA,S.A.	4.500.000,00	4.500.000,00
17/14	Dexia Sabadell, S.A.	PA,SA	2.750.000,02	2.291.666,69
18/14	Banco Finantia, S.A.	SAUDAÇOR, S.A.	100.000.000,00	100.000.000,00
19/14	IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana	SPRHI, S.A.	1.777.134,00	1.713.368,00
20/14	Banco Espírito Santo, S.A.	SAUDAÇOR, S.A.	40.000.000,00	40.000.000,00
21/14	Banco Espírito Santo dos Açores, S.A.	LOTAÇOR, S.A.	4.000.000,00	4.000.000,00
22/14	IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana	SPRHI, S.A.	608.620,80	608.620,80
23/14	Millennium BCP	PA,SA	10.000.000,00	10.000.000,00
TOTAL			738.824.964,92	611.919.689,54



Para o ano de 2015 foi definido um *plafond* de avales de 145,0 milhões de euros aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 1/2015-A, de 7 de janeiro.

O *plafond* de avales proposto para o ano de 2016, é de 236,0 milhões de euros, os quais se destinam, essencialmente, a refinarciar empréstimos contraídos anteriormente, garantindo menores custos, traduzindo uma poupança efetiva para a Região.



VI - Sector Público Empresarial Regional

O Setor Público Empresarial Regional (SPER) é constituído pelo conjunto das unidades produtivas da Região, organizadas e geridas de forma empresarial, integrando as empresas públicas e as empresas participadas pela Região Autónoma dos Açores.

O SPER integra atualmente um conjunto de empresas que incorporam dinâmicas importantes nas suas áreas de atividade e abrangem diversos setores de atividade, como Energia, Turismo, Pescas, Ambiente e Transportes, constituindo um importante instrumento de política económica e social.

O SPER é responsável pela construção e gestão de infraestruturas públicas fundamentais, pela prestação de serviços públicos essenciais, e por um conjunto diversificado de outras funções de carácter instrumental, nos mais diversos setores e domínios.

A importância do Setor Público Empresarial Regional não se resume à sua atividade. Desempenha um papel fulcral no desenvolvimento económico regional através da criação de emprego, do desenvolvimento rural e da coesão social e territorial, do contributo para o Produto Interno Bruto da Região, para a Formação Bruta de Capital Fixo, para as exportações e para os Proveitos.

Numa região ultraperiférica como a Região Autónoma dos Açores, o SPER, em alguns casos, substitui-se à iniciativa privada devido à fraca atratividade e dimensão que o mercado apresenta. Contudo, essa substituição é fundamental para garantir o desenvolvimento local, o desenvolvimento regional harmonioso e o bem-estar social e económico da população.

Atualmente, o universo das empresas participadas pela Região, direta e indiretamente, é constituído por 40 empresas. Em termos de participação direta a RAA participa diretamente em 16 empresas, 11 das quais com capital exclusivamente público, 4 com participação maioritária e 1 com participação minoritária

Das dezasseis empresas em que a Região participa diretamente, detém a totalidade do capital em onze:

- Soudaço – Sociedade Gestora de Recursos e Equipamento de Saúde dos Açores, S.A.;
- Hospital do Divino Espírito Santo, E.P.E.;



- Hospital do Santo Espírito de Angra do Heroísmo, E.P.E.;
- Hospital da Horta, E.P.E.;
- Sata SGPS, S.A.;
- Portos dos Açores, S.A.;
- Lotaçor – Serviço de Lotas dos Açores, S.A.;
- SPRHI – Sociedade de Reabilitação de Habitação e Infraestruturas, S.A.;
- Azorina – Sociedade de Gestão Ambiental e Conservação da Natureza, S.A.;
- IROA – Instituto Regional do Ordenamento Agrário, S.A.;
- SDEA – Sociedade para o Desenvolvimento Empresarial dos Açores, E.P.E.R.

Tem participação direta maioritária em quatro empresas:

- Ilhas de Valor, S.A.;
- EDA – Eletricidade dos Açores, S.A.;
- Teatro Micaelense – Centro Cultural e de Congressos, S.A.;
- Pousadas de Juventude dos Açores, S.A.

Para além das participações diretas, a Região detém um conjunto de participações indiretas, maioritariamente integradas em grupos empresariais:

- Grupo Eda (Eda, Globaleda, Eda Renováveis, Segma, Norma, GSU Açores, Oniaçores, Controlauto e ZON Açores);
- Grupo Sata (Sata Air Açores, Sata Internacional, Sata Aeródromos, Sata Express, Azores Express, Sata SGPS e VERDEGOLF e Ilhas de Valor).
- Grupo Portos dos Açores (Portos dos Açores, Atlanticoline, Naval Canal, OPERPDL, OPERTERCEIRA, OPERTRI e Ilhas de Valor).
- Grupo Lotaçor (Lotaçor, Espada Pescas, Santa Catarina e Companhia);
- Grupo Ilhas de Valor (Ilhas de Valor, Sinaga, Pousada de Juventude da Caldeira do Santo Cristo e Melo Abreu).

O Grupo EDA tem a participação direta ou indireta no capital social de 8 empresas, sendo que em 3 corresponde a participações em empresas privadas, o grupo SATA participa em 7 empresas e o Grupo Portos dos Açores em seis. O Grupo LOTAÇOR e o Grupo Ilhas de Valor detêm participação em 3 empresas.



No âmbito da política de reestruturação do Setor Público Empresarial que o Governo Regional dos Açores tem vindo a desenvolver, já foram alienadas, extintas e/ou fusionadas 21 empresas, número que ainda deverá aumentar.

Para além das participações em entidades societárias, a Região também participa diretamente no capital social de sete entidades não societárias:

- o ATA – Associação de Turismo dos Açores;
- o ENTA – Escola de Novas Tecnologias dos Açores;
- o INOVA – Instituto para a Inovação Tecnológica dos Açores;
- o Observatório Regional do Turismo;
- o Associação Portas do Mar;
- o AAFTH – Associação Açoriana de Formação Turística e Hoteleira;
- o ASSOCIAÇÃO NONAGON - Parque de Ciência e Tecnologia de S. Miguel.

E indiretamente em duas entidades não societárias:

- o FEJC – Fundação Eng. José Cordeiro;
- o AGESPI - Associação para a Gestão Parque Industrial Ilha Terceira.

Os quadros seguintes apresentam as participações detidas direta e indiretamente pela Região, em percentagem do capital, considerando as participações indiretas de 2º grau.



Região Autónoma dos Açores
Vice - Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional do Orçamento e Tesouro

PARTICIPAÇÕES DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES EM ENTIDADES SOCIETÁRIAS - EMPRESAS 2015

PARTICIPAÇÕES DA RAA	PARTICIPAÇÃO DIRETA	PARTICIPAÇÕES ENTRE EMPRESAS DO SPER											PARTICIPAÇÃO INDIRETA	TOTAL DE PARTICIPAÇÃO		
		RAA	SATA SGPS, S.A.	SATA AIR AÇORES, S.A.	EDA, S.A.	EDA RENOV. S.A.	SEGMA, LDA.	NORMA, S.A.	LOTAÇOR, S.A.	SANTA CATARINA, LDA.	ATLANTI COLINE, S.A.	P.A., S.A.			ILHAS DE VALOR, S.A.	SINAGA
Saudaçor - Sociedade Gestora de Recursos e Equipamentos da Saúde dos Açores	100,00%														0,00%	100,00%
Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada, E.P.E	100,00%														0,00%	100,00%
Hospital de Santo Espírito de Angra do Heroísmo, E.P.E	100,00%														0,00%	100,00%
Hospital da Horta, E.P.E	100,00%														0,00%	100,00%
Sata Air Açores - Sociedade Açoriana de Transportes Aéreos, S.A.		100,00%													100,00%	100,00%
Sata Internacional - Serviço e Transportes Aéreos, S.A.			100,00%												100,00%	100,00%
Sata - Gestão de Aeródromos, S.A.			100,00%												100,00%	100,00%
SATA EXPRESS INC. CAN			100,00%												100,00%	100,00%
AZORES EXPRESS INC. USA			100,00%												100,00%	100,00%
VERDGOLF, S.A.			0,75%												0,75%	0,75%
Sata - Sociedade de Transportes Aéreos SGPS, S.A.	100,00%														0,00%	100,00%
Naval Canal Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda.											100,00%				100,00%	100,00%
Atlânticoine, S.A.	16,03%									83,97%					83,97%	100,00%
OPERPDL - Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda										20,00%					20,00%	20,00%
OPERTERCBRA - Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda										20,00%					20,00%	20,00%
OPERTRI - Sociedade de Operações Portuárias, LDª										20,00%					20,00%	20,00%
Portos dos Açores, S.A.	100,00%														0,00%	100,00%
Lotaçor - Serviço de Lotas dos Açores, S.A.	100,00%														0,00%	100,00%
Espada Pescas, Unipessoal Lda.								100,00%							100,00%	100,00%
Santa Catarina - Indústria Conserveira Lda.								100,00%							100,00%	100,00%
Companha - Sociedade Pesqueira Lda.									94,00%						94,00%	94,00%
Ilhas de Valor, S.A.	99,44%	0,28%								0,28%					0,56%	100,00%
Sinaga - Sociedade de Indústrias Agrícolas Açoreanas, S.A.											51,00%				51,00%	51,00%
Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo, Lda.											60,87%				60,87%	60,87%
Electricidade dos Açores (EDA), S.A.	50,10%														0,00%	50,10%
Globaleda - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.				74,90%											37,52%	37,52%
EDA Renováveis				99,68%		0,32%									50,10%	50,10%
Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção (SEGMA), Lda.				90,00%	10,00%										50,10%	50,10%
Norma-Açores, Sociedade de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Regional, S.A.				62,63%											31,38%	31,38%
Oniaçores - Infocomunicações, S.A.				40,00%	0,001%	0,001%									20,04%	20,04%
Controlauto - Açores, Controlo Técnico Automóvel, Lda.							60,00%								18,83%	18,83%
ZON AÇORES, S.A.				6,18%											3,10%	3,10%
Sociedade de Promoção e Reabilitação de Habitação e Infraestruturas (SPRH), S.A.	100,00%														0,00%	100,00%
Azorina - Sociedade de Gestão Ambiental e Conservação da Natureza, S.A.	100,00%														0,00%	100,00%
Teatro Micaelense - Centro Cultural e de Congressos, S.A.	99,81%														0,00%	99,81%
Pousadas de Juventude dos Açores, S.A.	51,00%														0,00%	51,00%
IROA, S.A.	100,00%														0,00%	100,00%
SDEA - Sociedade para o Desenvolvimento Empresarial dos Açores, E.P.E.R.	100,00%														0,00%	100,00%
GSU Açores - Gestão de Sistemas Urbanos dos Açores, Soc. Unipessoal, Lda.							100,00%								31,38%	31,38%
Fábrica de Cervejas e Refrigerantes João Melo Abreu, Lda.												15,00%			7,65%	7,65%

PARTICIPAÇÕES DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES EM ENTIDADES NÃO SOCIETÁRIAS - ASSOCIAÇÕES 2015

PARTICIPAÇÕES DA RAA	PARTICIPAÇÃO DIRETA	PARTICIPAÇÕES ENTRE EMPRESAS/ASSOCIAÇÕES DO SPER							PARTICIPAÇÃO INDIRETA	TOTAL DE PARTICIPAÇÃO	
		RAA	SATA AIR AÇORES	EDA, S.A.	EDA RENOV.	PA, S.A.	INOVA	AAFTH			ATA
ASSOCIAÇÃO TURISMO AÇORES (ATA)	18,39%	14,71%								14,71%	33,10%
ENTA - ESCOLA DE NOVAS TECNOLOGIAS DOS AÇORES	22,00%		2,00%				70,00%			45,91%	67,91%
INOVA - INST. INOVAÇÃO TECNOLOGIA DOS AÇORES	65,59%		0,77%							0,00%	65,59%
OBSERVATÓRIO REGIONAL DO TURISMO	55,56%								22,22%	4,09%	59,64%
ASSOCIAÇÃO PORTAS DO MAR	28,57%					28,57%		7,14%	7,14%	32,55%	61,12%
AAFTH - ASS. AÇORIANA FORM. TURÍSTICA E HOTELEIRA	50,00%	25,00%								25,00%	75,00%
FEIC- FUNDAÇÃO ENG. JOSÉ CORDEIRO			60,00%	25,91%						43,04%	43,04%
AGESPI - ASS. GESTÃO PARQUE INDUSTRIAL ILHA TERCEIRA					25,00%					25,00%	25,00%
ASSOCIAÇÃO NONAGON - PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE S. MIGUEL	70,00%									0,00%	70,00%

ANEXO I

Desenvolvimento das Despesas de Funcionamento da Administração Direta, constantes do Mapa IV

Código	Designação	Orçamento Regional
		Serviços Integrados
D.01.00.00	DESPESAS COM O PESSOAL	309 237 206,0 €
D.01.01.00	REMUNERACOES CERTAS E PERMANENTES	240 411 325,0 €
D.01.01.01	TITULARES DE ORGAOS DE SOBERANIA E MEMBROS DE ORGAOS AUTARQU	571 809,0 €
D.01.01.02	ORGAOS SOCIAIS	
D.01.01.03	PESSOAL DOS QUADROS-REGIME DE FUNCAO PUBLICA	161 738 584,0 €
D.01.01.04	PESSOAL DOS QUADROS-REG DE CONTRATO INDIVIDUAL TRABALHO	421 134,0 €
D.01.01.05	PESSOAL ALEM DOS QUADROS	
D.01.01.06	PESSOAL CONTRATADO A TERMO	16 975 048,0 €
D.01.01.07	PESSOAL EM REGIME DE TAREFA OU AVENCA	1 741 505,0 €
D.01.01.08	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTACAO	344 534,0 €
D.01.01.09	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUACAO	2 825 079,0 €
D.01.01.10	GRATIFICACOES	2 938 183,0 €
D.01.01.11	REPRESENTACAO	1 310 098,0 €
D.01.01.12	SUPLEMENTOS E PREMIOS	
D.01.01.13	SUBSIDIO DE REFEICAO	10 619 591,0 €
D.01.01.14	SUBSIDIO DE FERIAS E DE NATAL	33 895 189,0 €
D.01.01.15	REMUNERACOES POR DOENCA E MATERNIDADE/PATERNIDADE	7 030 571,0 €
D.01.02.00	ABONOS VARIAVEIS OU EVENTUAIS	8 574 800,0 €
D.01.02.01	GRATIFICACOES VARIAVEIS OU EVENTUAIS	
D.01.02.02	HORAS EXTRAORDINARIAS	513 864,0 €
D.01.02.03	ALIMENTACAO E ALOJAMENTO	1 500,0 €
D.01.02.04	AJUDAS DE CUSTO	429 857,0 €
D.01.02.05	ABONO P/ FALHAS	88 292,0 €
D.01.02.06	FORMACAO	4 178,0 €
D.01.02.07	COLABORACAO TECNICA E ESPECIALIZADA	184,0 €
D.01.02.08	SUBSIDIOS E ABONOS DE FIXACAO, RESIDENCIA E ALOJAMENTO	29 084,0 €
D.01.02.09	SUBSIDIO DE PREVENCAO	9 250,0 €
D.01.02.10	SUBSIDIO DE TRABALHO NOCTURNO	5 943,0 €
D.01.02.11	SUBSIDIO DE TURNO	42 250,0 €
D.01.02.12	INDEMNIZACOES POR CESSACAO DE FUNCOES	283 819,0 €
D.01.02.13	OUTROS SUPLEMENTOS E PREMIOS	25 750,0 €
D.01.02.14	OUTROS ABONOS EM NUMERARIO OU ESPECIE	7 140 829,0 €
D.01.03.00	SEGURANCA SOCIAL	60 251 081,0 €
D.01.03.01	ENCARGOS COM A SAUDE	404 067,0 €
D.01.03.02	OUTROS ENCARGOS COM SAUDE	2 522 000,0 €
D.01.03.03	SUBSIDIO FAMILIAR A CRIANCAS E JOVENS	801 609,0 €
D.01.03.04	OUTRAS PRESTACOES FAMILIARES	38 551,0 €
D.01.03.05	CONTRIBUICOES P/ A SEGURANCA SOCIAL	54 945 848,0 €
D.01.03.06	ACIDENTES EM SERVICO E DOENCAS PROFISSIONAIS	135 370,0 €
D.01.03.07	PENSOES DE RESERVA	
D.01.03.08	OUTRAS PENSOES	99 264,0 €
D.01.03.09	SEGUROS	15 626,0 €
D.01.03.10	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANCA SOCIAL	1 288 746,0 €
D.02.00.00	AQUISICAO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	14 327 400,0 €
D.02.01.00	AQUISICAO DE BENS	2 185 747,0 €
D.02.01.01	MATERIAS-PRIMAS E SUBSIDIARIAS	65 652,0 €
D.02.01.02	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	309 730,0 €
D.02.01.03	MUNICOES, EXPLOSIVOS E ARTIFICIOS	370,0 €
D.02.01.04	LIMPEZA E HIGIENE	330 731,0 €
D.02.01.05	ALIMENTACAO-REFEICOES CONFECCIONADAS	
D.02.01.06	ALIMENTACAO-GENEROS P/ CONFECCIONAR	
D.02.01.07	VESTUARIO E ARTIGOS PESSOAIS	48 262,0 €
D.02.01.08	MATERIAL DE ESCRITORIO	900 781,0 €
D.02.01.09	PRODUTOS QUIMICOS E FARMACEUTICOS	1 947,0 €
D.02.01.10	PRODUTOS VENDIDOS NAS FARMACIAS	24,0 €
D.02.01.11	MATERIAL DE CONSUMO CLINICO	9 646,0 €
D.02.01.12	MATERIAL DE TRANSPORTE-PECAS	11 221,0 €
D.02.01.13	MATERIAL DE CONSUMO HOTELEIRO	17 694,0 €
D.02.01.14	OUTRO MATERIAL-PECAS	61 687,0 €
D.02.01.15	PREMIOS, CONDECORACOES E OFERTAS	67 313,0 €
D.02.01.16	MERCADORIAS PARA A VENDA	6 908,0 €
D.02.01.17	FERRAMENTAS E UTENSILIOS	28 664,0 €
D.02.01.18	LIVROS E DOCUMENTACAO TECNICA	19 111,0 €
D.02.01.19	ARTIGOS HONORIFICOS E DE DECORACAO	13 915,0 €

Desenvolvimento das Despesas de Funcionamento da Administração Direta, constantes do Mapa IV

Código	Designação	Orçamento Regional
		Serviços Integrados
D.02.01.20	MATERIAL DE EDUCACAO, CULTURA E RECREIO	101 363,0 €
D.02.01.21	OUTROS BENS	190 728,0 €
D.02.02.00	AQUISICAO DE SERVICOS	12 141 653,0 €
D.02.02.01	ENCARGOS DAS INSTALACOES	3 340 341,0 €
D.02.02.02	LIMPEZA E HIGIENE	1 262 123,0 €
D.02.02.03	CONSERVACAO DE BENS	479 024,0 €
D.02.02.04	LOCACAO DE EDIFICIOS	574 731,0 €
D.02.02.05	LOCACAO DE MATERIAL DE INFORMATICA	5 580,0 €
D.02.02.06	LOCACAO DE MATERIAL DE TRANSPORTE	
D.02.02.07	LOCACAO DE BENS DE DEFESA	
D.02.02.08	LOCACAO DE OUTROS BENS	117 728,0 €
D.02.02.09	COMUNICACOES	3 187 393,0 €
D.02.02.10	TRANSPORTES	75 045,0 €
D.02.02.11	REPRESENTACAO DOS SERVICOS	98 734,0 €
D.02.02.12	SEGUROS	129 430,0 €
D.02.02.13	DESLOCACOES E ESTADAS	1 059 085,0 €
D.02.02.14	ESTUDOS, PARECERES, PROJECTOS E CONSULTADORIA	158 030,0 €
D.02.02.15	FORMACAO	11 121,0 €
D.02.02.16	SEMINARIOS, EXPOSICOES E SIMILARES	22 486,0 €
D.02.02.17	PUBLICIDADE	52 939,0 €
D.02.02.18	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	691 653,0 €
D.02.02.19	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	369 632,0 €
D.02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS	252 165,0 €
D.02.02.21	UTILIZACAO DE INFRA-ESTRUTURAS DE TRANSPORTES	3 203,0 €
D.02.02.22	SERVICOS DE SAUDE	1 185,0 €
D.02.02.23	OUTROS SERVICOS DE SAUDE	
D.02.02.24	ENCARGOS DE COBRANCA DE RECEITAS	
D.02.02.25	OUTROS SERVICOS	250 025,0 €
D.03.00.00	JUROS E OUTROS ENCARGOS	13 500 000,0 €
D.03.01.00	JUROS DA DIVIDA PUBLICA	13 000 000,0 €
D.03.01.01	SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NAO FINANCEIRAS - PRIVADAS	
D.03.01.02	SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NAO FINANCEIRAS - PUBLICAS	
D.03.01.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS - BANCOS E OUTRAS INSTITUICOES FINANC	7 520 000,0 €
D.03.01.04	SOCIEDADES FINANCEIRAS - COMPANHIAS DE SEGUROS E FUNDOS DE P	
D.03.01.05	ADMINISTRACAO PUBLICA CENTRAL - ESTADO	4 000 000,0 €
D.03.01.06	ADMINISTRACAO PUBLICA CENTRAL - SFA	
D.03.01.07	ADMINISTRACAO PUBLICA REGIONAL	
D.03.01.08	ADMINISTRACAO PUBLICA LOCAL - CONTINENTE	
D.03.01.09	ADMINISTRACAO PUBLICA LOCAL - REGIOES AUTONOMAS	
D.03.01.10	SEGURANCA SOCIAL	
D.03.01.11	INSTITUICOES SEM FINS LUCRATIVOS	
D.03.01.12	FAMILIAS - EMPRESARIOS EM NOME INDIVIDUAL	
D.03.01.13	FAMILIAS - OUTRAS	
D.03.01.14	RESTO DO MUNDO - UE INSTITUICOES	
D.03.01.15	RESTO DO MUNDO - UE PAISES MEMBROS	1 480 000,0 €
D.03.01.16	RESTO DO MUNDO - PAISES TERCEIROS E ORGANIZACOES INTERNACION	
D.03.02.00	OUTROS ENCARGOS CORRENTES DA DIVIDA PUBLICA	500 000,0 €
D.03.02.01	DESPESAS DIVERSAS	500 000,0 €
D.03.03.00	JUROS DE LOCACAO FINANCEIRA	0,0 €
D.03.03.01	TERRENOS	
D.03.03.02	HABITACOES	
D.03.03.03	EDIFICIOS	
D.03.03.04	CONSTRUCOES DIVERSAS	
D.03.03.05	MATERIAL DE TRANSPORTE	
D.03.03.06	MATERIAL DE INFORMATICA	
D.03.03.07	MAQUINARIA E EQUIPAMENTO	
D.03.03.08	OUTROS INVESTIMENTOS	
D.03.04.00	JUROS TRIBUTARIOS	0,0 €
D.03.04.01	INDEMNIZATORIOS	
D.03.04.02	OUTROS	
D.03.05.00	OUTROS JUROS	0,0 €
D.03.05.01	REMUNERACOES DE DEPOSITOS NO TESOURO	
D.03.05.02	OUTROS	
D.03.06.00	OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS	0,0 €

Desenvolvimento das Despesas de Funcionamento da Administração Direta, constantes do Mapa IV

Código	Designação	Orçamento Regional
		Serviços Integrados
D.03.06.01	OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS	
D.04.00.00	TRANSFERENCIAS CORRENTES	320 889 651,0 €
D.04.01.00	SOCIEDADES E QUASE SOC NAO FINANCEIRAS	291 004 000,0 €
D.04.01.01	PUBLICAS	291 004 000,0 €
D.04.01.02	PRIVADAS	
D.04.02.00	SOCIEDADES FINANCEIRAS	0,0 €
D.04.02.01	BANCOS E OUTRAS INSTITUICOES FINANCEIRAS	
D.04.02.02	COMPANHIAS DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSOES	
D.04.03.00	ADMINISTRACAO CENTRAL	5 400 749,0 €
D.04.03.01	ESTADO	
D.04.03.02	ESTADO - SUBSISTEMA DE PROTECCAO SOCIAL DE CIDADANIA - ACCAO	
D.04.03.03	ESTADO - PARTICIPACAO PORTUGUESA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	
D.04.03.04	ESTADO - PARTICIPACAO COMUNITARIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADO	
D.04.03.05	SERVICOS E FUNDOS AUTONOMOS	5 400 749,0 €
D.04.03.06	SER.FUND. AUT. - SUBSIST. DE PROTECCAO SOCIAL DE CIDADANIA -	
D.04.03.07	SER.FUND. AUT. - SUBSIST. DE PROT.A FAMILIA E POLIT. ACTIVAS	
D.04.03.08	SFA - PARTICIPACAO PORTUGUESA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	
D.04.03.09	SFA - PARTICIPACAO COMUNITARIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	
D.04.04.00	ADMINISTRACAO REGIONAL	0,0 €
D.04.04.01	REGIÃO AUTONOMA DOS AÇORES	
D.04.04.02	REGIÃO AUTONOMA DA MADEIRA	
D.04.05.00	ADMINISTRACAO LOCAL	0,0 €
D.04.05.01	CONTINENTE	
D.04.05.02	REGIÃO AUTONOMA DOS AÇORES	
D.04.05.03	REGIÃO AUTONOMA DA MADEIRA	
D.04.06.00	SEGURANÇA SOCIAL	16 135,0 €
D.04.07.00	INSTITUIÇÕES S/ FINS LUCRATIVOS	36 502,0 €
D.04.07.01	INSTITUIÇÕES S/ FINS LUCRATIVOS	36 502,0 €
D.04.07.02	INSTITUIÇÕES S/ FINS LUCRATIVOS - SUBSISTEMA PROTECCÃO SOCIAL DE CIDADANIA	
D.04.07.03	INSTITUIÇÕES S/ FINS LUCRATIVOS - SUBSISTEMA PROTECCÃO SOCIAL DE CIDADANIA	
D.04.08.00	FAMILIAS	24 432 265,0 €
D.04.08.01	EMPRESARIO EM NOME INDIVIDUAL	
D.04.08.02	OUTRAS	24 432 265,0 €
D.04.08.03	SUBSISTEMA DE PROTECCAO SOCIAL DE CIDADANIA - REG. SOLIDARIE	
D.04.08.04	SUBSISTEMA DE PROTECCAO SOCIAL DE CIDADANIA - ACCAO SOCIAL	
D.04.08.05	SUBSISTEMA DE PROTECCAO A FAMILIA - ENCARGOS FAMILIARES	
D.04.08.06	SUBSISTEMA DE PROTECCAO A FAMILIA - DEFICIENCIA	
D.04.08.07	SUBSISTEMA DE PROTECCAO A FAMILIA - DEPENDENCIA	
D.04.08.08	SUBSIST. DE PROT. A FAMILIA E POLIT. ACTIVAS DE EMPR. E FORM	
D.04.08.09	SUBSISTEMA PREVIDENCIAL	
D.04.08.10	REGIMES ESPECIAIS	
D.04.08.11	REGIMES COMPLEMENTARES	
D.04.09.00	RESTO DO MUNDO	0,0 €
D.04.09.01	RESTO DO MUNDO - UNIAO EUROPEIA - INSTITUICOES	
D.04.09.02	RESTO DO MUNDO - UNIAO EUROPEIA - PAISES MEMBROS	
D.04.09.03	RESTO DO MUNDO - PAISES TERCEIROS E ORGANIZACOES INTERNACION	
D.05.00.00	SUBSIDIOS	0,0 €
D.05.01.00	SOCIEDADES E QUASE SOC NAO FINANCEIRAS	0,0 €
D.05.01.01	PUBLICAS	
D.05.01.02	PUBLICAS - POLIT. ACTIVAS DE EMPR. E FORM. PROF. - ACCOES DE	
D.05.01.03	PRIVADAS	
D.05.01.04	PRIVADAS - POLIT. ACTIVAS DE EMPR. E FORM. PROF. - ACCOES DE	
D.05.02.00	SOCIEDADES FINANCEIRAS	0,0 €
D.05.02.01	BANCOS E OUTRAS INSTITUICOES FINANCEIRAS	
D.05.02.02	BANCOS E OUT. INSTIT. FINANC.-POLIT. ACT. EMPR.FORM. PROF.-A	
D.05.02.03	COMPANHIAS DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSOES	
D.05.02.04	COMP. SEG. FUND. PENSOES-POLIT. ACT. EMPR.FORM. PROF.-ACCOES	
D.05.03.00	ADMINISTRACAO CENTRAL	0,0 €
D.05.03.01	ESTADO	
D.05.03.02	ESTADO - POLIT. ACTIVAS DE EMPR. E FORM. PROF. - ACCOES DE F	
D.05.03.03	SERVICOS E FUNDOS AUTONOMOS	
D.05.03.04	SFA - POLIT. ACTIVAS DE EMPR. E FORM. PROF. - ACCOES DE FORM	
D.05.04.00	ADMINISTRACAO REGIONAL	0,0 €
D.05.04.01	REGIAO AUTONOMA DOS ACORES	

Desenvolvimento das Despesas de Funcionamento da Administração Direta, constantes do Mapa IV

Código	Designação	Orçamento Regional
		Serviços Integrados
D.05.04.02	RAA - POLIT. ACT. DE EMPR. E FORM. PROF. - ACCOES DE FORM. P	
D.05.04.03	REGIAO AUTONOMA DA MADEIRA	
D.05.04.04	RAM - POLIT. ACT. DE EMPR. E FORM. PROF. - ACCOES DE FORM. P	
D.05.05.00	ADMINISTRACAO LOCAL	0,0 €
D.05.05.01	CONTINENTE	
D.05.05.02	CONTINENTE - POLIT. ACT. DE EMPR. E FORM. PROF. - ACCOES DE	
D.05.05.03	REGIAO AUTONOMA DOS ACORES	
D.05.05.04	RAA - POLIT. ACT. DE EMPR. E FORM. PROF. - ACCOES DE FORM. P	
D.05.05.05	REGIAO AUTONOMA DA MADEIRA	
D.05.05.06	RAM - POLIT. ACT. DE EMPR. E FORM. PROF. - ACCOES DE FORM. P	
D.05.06.00	SEGURANCA SOCIAL	
D.05.07.00	INSTITUICOES S/ FINS LUCRATIVOS	0,0 €
D.05.07.01	INSTITUICOES S/ FINS LUCRATIVOS	
D.05.07.02	INSTIT S/ FINS LUCRA. - SUBSIST. PROT. SOCIAL DE CIDADANIA -	
D.05.07.03	INSTIT S/ FINS LUCRA. - POLIT. ACT. DE EMPR. E FORM. PROF. -	
D.05.08.00	FAMILIAS	0,0 €
D.05.08.01	EMPRESARIO EM NOME INDIVIDUAL	
D.05.08.02	SUBSISTEMA DE PROTECCAO SOCIAL DE CIDADANIA - ACCAO SOCIAL	
D.05.08.03	OUTRAS	
D.06.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	21 850 664,0 €
D.06.01.00	DOTACAO PROVISIONAL	10 800 000,0 €
D.06.02.00	DIVERSAS	11 050 664,0 €
D.06.02.01	IMPOSTOS E TAXAS	400,0 €
D.06.02.02	ACTIVOS INCORPOREOS	
D.06.02.03	OUTRAS	11 050 264,0 €
D.07.00.00	AQUISICAO DE BENS DE CAPITAL	442 100,0 €
D.07.01.00	INVESTIMENTOS	442 100,0 €
D.07.01.01	TERRENOS	
D.07.01.02	HABITACOES	
D.07.01.03	EDIFICIOS	
D.07.01.04	CONSTRUCOES DIVERSAS	
D.07.01.05	MELHORAMENTOS FUNDIARIOS	
D.07.01.06	MATERIAL DE TRANSPORTE	15 280,0 €
D.07.01.07	EQUIPAMENTO DE INFORMATICA	155 269,0 €
D.07.01.08	SOFTWARE INFORMATICO	95 301,0 €
D.07.01.09	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	139 754,0 €
D.07.01.10	EQUIPAMENTO BASICO	22 491,0 €
D.07.01.11	FERRAMENTAS E UTENSILIOS	11 905,0 €
D.07.01.12	ARTIGOS E OBJECTOS DE VALOR	2 100,0 €
D.07.01.13	INVESTIMENTOS INCORPOREOS	
D.07.01.14	INVESTIMENTOS MILITARES	
D.07.01.15	OUTROS INVESTIMENTOS	
D.07.02.00	LOCACAO FINANCEIRA	0,0 €
D.07.02.01	TERRENOS-LOCACAO FINANCEIRA	
D.07.02.02	HABITACOES-LOCACAO FINANCEIRA	
D.07.02.03	EDIFICIOS-LOCACAO FINANCEIRA	
D.07.02.04	CONSTRUCOES DIVERSAS-LOCACAO FINANCEIRA	
D.07.02.05	MATERIAL DE TRANSPORTE-LOCACAO FINANCEIRA	
D.07.02.06	MATERIAL DE INFORMATICA-LOCACAO FINANCEIRA	
D.07.02.07	MAQUINARIA E EQUIPAMENTO-LOCACAO FINANCEIRA	
D.07.02.08	RECURSOS MILITARES-LOCACAO FINANCEIRA	
D.07.02.09	OUTROS INVESTIMENTOS-LOCACAO FINANCEIRA	
D.07.03.00	BENS DE DOMINIO PUBLICO	0,0 €
D.07.03.01	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	
D.07.03.02	EDIFICIOS	
D.07.03.03	OUTRAS CONSTRUCOES E INFRA-ESTRUTURAS	
D.07.03.04	INFRA-ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS DE NATUREZA MILITAR	
D.07.03.05	BENS DO PATRIMONIO HISTORICO, ARTISTICO E CULTURAL	
D.07.03.06	OUTROS BENS DE DOMINIO PUBLICO	
D.08.00.00	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	0,0 €
D.08.01.00	SOCIEDADES E QUASE SOC NAO FINANCEIRAS	0,0 €
D.08.01.01	PUBLICAS	
D.08.01.02	PRIVADAS	
D.08.02.00	SOCIEDADES FINANCEIRAS	0,0 €

Desenvolvimento das Despesas de Funcionamento da Administração Direta, constantes do Mapa IV

Código	Designação	Orçamento Regional
		Serviços Integrados
D.08.02.01	BANCOS E OUTRAS INSTITUICOES FINANCEIRAS	
D.08.02.02	COMPANHIAS DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSOES	
D.08.03.00	<u>ADMINISTRACAO CENTRAL</u>	0,0 €
D.08.03.01	ESTADO	
D.08.03.02	ESTADO - SUBSIST. PROTECCAO SOCIAL DE CIDADANIA - REGIME DE	
D.08.03.03	ESTADO - SUBSIST. PROTECCAO SOCIAL DE CIDADANIA - ACCAO SOCI	
D.08.03.04	ESTADO - PARTICIPACAO PORTUGUESA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	
D.08.03.05	ESTADO - PARTICIPACAO COMUNITARIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADO	
D.08.03.06	SERVICOS E FUNDOS AUTONOMOS	
D.08.03.07	SFA - PARTICIPACAO PORTUGUESA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	
D.08.03.08	SFA - PARTICIPACAO COMUNITARIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	
D.08.04.00	<u>ADMINISTRACAO REGIONAL</u>	0,0 €
D.08.04.01	REGIAO AUTONOMA DOS ACORES	
D.08.04.02	REGIAO AUTONOMA DA MADEIRA	
D.08.05.00	<u>ADMINISTRACAO LOCAL</u>	0,0 €
D.08.05.01	CONTINENTE	
D.08.05.02	REGIAO AUTONOMA DOS ACORES	
D.08.05.03	REGIAO AUTONOMA DA MADEIRA	
D.08.06.00	<u>SEGURANCA SOCIAL</u>	0,0 €
D.08.06.01	SISTEMA DE SOLIDARIEDADE E SEGURANCA SOCIAL	
D.08.06.02	PARTICIPACAO PORTUGUESA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	
D.08.06.03	PARTICIPACAO COMUNITARIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	
D.08.06.04	CAPITALIZACAO PUBLICA DE ESTABILIZACAO	
D.08.06.05	OUTRAS TRANSFERENCIAS	
D.08.07.00	<u>INSTITUICOES S/ FINS LUCRATIVOS</u>	0,0 €
D.08.07.01	INSTITUICOES S/ FINS LUCRATIVOS	
D.08.07.02	INSTIT S/ FINS LUCRATIVOS - ACCAO SOCIAL	
D.08.07.03	INSTIT S/ FINS LUCRATIVOS - PARTICIPACAO PORTUGUESA EM PROJE	
D.08.07.04	INSTIT S/ FINS LUCRATIVOS - PARTICIPACAO COMUNITARIA EM PROJ	
D.08.08.00	<u>FAMILIAS</u>	0,0 €
D.08.08.01	EMPRESARIO EM NOME INDIVIDUAL	
D.08.08.02	OUTRAS	
D.08.09.00	<u>RESTO DO MUNDO</u>	0,0 €
D.08.09.01	UNIAO EUROPEIA-INSTITUICOES	
D.08.09.02	UNIAO EUROPEIA-PAISES MEMBROS	
D.08.09.03	PAISES TERCEIROS E ORGANIZACOES INTERNACIONAIS	
D.09.00.00	<u>ACTIVOS FINANCEIROS</u>	0,0 €
D.09.01.00	<u>DEPOSITOS, CERTIFICADOS DE DEPOSITO E POUPANCA</u>	0,0 €
D.09.01.01	SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NAO FINANCEIRAS - PRIVADAS	
D.09.01.02	SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NAO FINANCEIRAS - PUBLICAS	
D.09.01.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS - BANCOS E OUTRAS INSTITUICOES FINANC	
D.09.01.04	SOCIEDADES FINANCEIRAS - COMPANHIAS DE SEGUROS E FUNDOS DE P	
D.09.01.05	ADMINISTRACAO PUBLICA CENTRAL - ESTADO	
D.09.01.06	ADMINISTRACAO PUBLICA CENTRAL - SFA	
D.09.01.07	ADMINISTRACOES PUBLICAS - ADMINISTRACAO REGIONAL	
D.09.01.08	ADMINISTRACAO PUBLICA LOCAL - CONTINENTE	
D.09.01.09	ADMINISTRACAO PUBLICA LOCAL - REGIOES AUTONOMAS	
D.09.01.10	ADMINISTRACAO PUBLICA - SEGURANCA SOCIAL	
D.09.01.11	INSTITUICOES SEM FINS LUCRATIVOS	
D.09.01.12	FAMILIAS - EMPRESARIO EM NOME INDIVIDUAL	
D.09.01.13	FAMILIAS - OUTRAS	
D.09.01.14	RESTO DO MUNDO - UNIAO EUROPEIA - INSTITUICOES	
D.09.01.15	RESTO DO MUNDO - UNIAO EUROPEIA - PAISES MEMBROS	
D.09.01.16	RESTO DO MUNDO - PAISES TERCEIROS E ORGANIZACOES INTERNACION	
D.09.02.00	<u>TITULOS A CURTO PRAZO</u>	0,0 €
D.09.02.01	SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NAO FINANCEIRAS - PRIVADAS	
D.09.02.02	SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NAO FINANCEIRAS - PUBLICAS	
D.09.02.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS - BANCOS E OUTRAS INSTITUICOES FINANC	
D.09.02.04	SOCIEDADES FINANCEIRAS - COMPANHIAS DE SEGUROS E FUNDOS DE P	
D.09.02.05	ADMINISTRACAO PUBLICA CENTRAL - ESTADO	
D.09.02.06	ADMINISTRACAO PUBLICA CENTRAL - SFA	
D.09.02.07	ADMINISTRACOES PUBLICAS - ADMINISTRACAO REGIONAL	
D.09.02.08	ADMINISTRACAO PUBLICA LOCAL - CONTINENTE	
D.09.02.09	ADMINISTRACAO PUBLICA LOCAL - REGIOES AUTONOMAS	

Desenvolvimento das Despesas de Funcionamento da Administração Direta, constantes do Mapa IV

Código	Designação	Orçamento Regional
		Serviços Integrados
D.09.02.10	ADMINISTRACAO PUBLICA - SEGURANCA SOCIAL	
D.09.02.11	INSTITUICOES SEM FINS LUCRATIVOS	
D.09.02.12	FAMILIAS - EMPRESARIO EM NOME INDIVIDUAL	
D.09.02.13	FAMILIAS - OUTRAS	
D.09.02.14	RESTO DO MUNDO - UNIAO EUROPEIA - INSTITUICOES	
D.09.02.15	RESTO DO MUNDO - UNIAO EUROPEIA - PAISES MEMBROS	
D.09.02.16	RESTO DO MUNDO - PAISES TERCEIROS E ORGANIZACOES INTERNACION	
D.09.03.00	TITULOS A MEDIO E LONGO PRAZOS	0,0 €
D.09.03.01	SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NAO FINANCEIRAS - PRIVADAS	
D.09.03.02	SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NAO FINANCEIRAS - PUBLICAS	
D.09.03.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS - BANCOS E OUTRAS INSTITUICOES FINANC	
D.09.03.04	SOCIEDADES FINANCEIRAS - COMPANHIAS DE SEGUROS E FUNDOS DE P	
D.09.03.05	ADMINISTRACAO PUBLICA CENTRAL - ESTADO	
D.09.03.06	ADMINISTRACAO PUBLICA CENTRAL - SFA	
D.09.03.07	ADMINISTRACOES PUBLICAS - ADMINISTRACAO REGIONAL	
D.09.03.08	ADMINISTRACAO PUBLICA LOCAL - CONTINENTE	
D.09.03.09	ADMINISTRACAO PUBLICA LOCAL - REGIOES AUTONOMAS	
D.09.03.10	ADMINISTRACAO PUBLICA - SEGURANCA SOCIAL	
D.09.03.11	INSTITUICOES SEM FINS LUCRATIVOS	
D.09.03.12	FAMILIAS - EMPRESARIO EM NOME INDIVIDUAL	
D.09.03.13	FAMILIAS - OUTRAS	
D.09.03.14	RESTO DO MUNDO - UNIAO EUROPEIA - INSTITUICOES	
D.09.03.15	RESTO DO MUNDO - UNIAO EUROPEIA - PAISES MEMBROS	
D.09.03.16	RESTO DO MUNDO - PAISES TERCEIROS E ORGANIZACOES INTERNACION	
D.09.04.00	DERIVADOS FINANCEIROS	0,0 €
D.09.04.01	SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NAO FINANCEIRAS - PRIVADAS	
D.09.04.02	SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NAO FINANCEIRAS - PUBLICAS	
D.09.04.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS - BANCOS E OUTRAS INSTITUICOES FINANC	
D.09.04.04	SOCIEDADES FINANCEIRAS - COMPANHIAS DE SEGUROS E FUNDOS DE P	
D.09.04.05	ADMINISTRACAO PUBLICA CENTRAL - ESTADO	
D.09.04.06	ADMINISTRACAO PUBLICA CENTRAL - SFA	
D.09.04.07	ADMINISTRACOES PUBLICAS - ADMINISTRACAO REGIONAL	
D.09.04.08	ADMINISTRACAO PUBLICA LOCAL - CONTINENTE	
D.09.04.09	ADMINISTRACAO PUBLICA LOCAL - REGIOES AUTONOMAS	
D.09.04.10	ADMINISTRACAO PUBLICA - SEGURANCA SOCIAL	
D.09.04.11	INSTITUICOES SEM FINS LUCRATIVOS	
D.09.04.12	FAMILIAS - EMPRESARIO EM NOME INDIVIDUAL	
D.09.04.13	FAMILIAS - OUTRAS	
D.09.04.14	RESTO DO MUNDO - UNIAO EUROPEIA - INSTITUICOES	
D.09.04.15	RESTO DO MUNDO - UNIAO EUROPEIA - PAISES MEMBROS	
D.09.04.16	RESTO DO MUNDO - PAISES TERCEIROS E ORGANIZACOES INTERNACION	
D.09.05.00	EMPRESTIMOS A CURTO PRAZO	0,0 €
D.09.05.01	SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NAO FINANCEIRAS - PRIVADAS	
D.09.05.02	SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NAO FINANCEIRAS - PUBLICAS	
D.09.05.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS - BANCOS E OUTRAS INSTITUICOES FINANC	
D.09.05.04	SOCIEDADES FINANCEIRAS - COMPANHIAS DE SEGUROS E FUNDOS DE P	
D.09.05.05	ADMINISTRACAO PUBLICA CENTRAL - ESTADO	
D.09.05.06	ADMINISTRACAO PUBLICA CENTRAL - SFA	
D.09.05.07	ADMINISTRACOES PUBLICAS - ADMINISTRACAO REGIONAL	
D.09.05.08	ADMINISTRACAO PUBLICA LOCAL - CONTINENTE	
D.09.05.09	ADMINISTRACAO PUBLICA LOCAL - REGIOES AUTONOMAS	
D.09.05.10	ADMINISTRACAO PUBLICA - SEGURANCA SOCIAL	
D.09.05.11	INSTITUICOES SEM FINS LUCRATIVOS	
D.09.05.12	FAMILIAS - EMPRESARIO EM NOME INDIVIDUAL	
D.09.05.13	FAMILIAS - OUTRAS	
D.09.05.14	RESTO DO MUNDO - UNIAO EUROPEIA - INSTITUICOES	
D.09.05.15	RESTO DO MUNDO - UNIAO EUROPEIA - PAISES MEMBROS	
D.09.05.16	RESTO DO MUNDO - PAISES TERCEIROS E ORGANIZACOES INTERNACION	
D.09.06.00	EMPRESTIMOS A MEDIO E LONGO PRAZOS	0,0 €
D.09.06.01	SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NAO FINANCEIRAS - PRIVADAS	
D.09.06.02	SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NAO FINANCEIRAS - PUBLICAS	
D.09.06.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS - BANCOS E OUTRAS INSTITUICOES FINANC	
D.09.06.04	SOCIEDADES FINANCEIRAS - COMPANHIAS DE SEGUROS E FUNDOS DE P	
D.09.06.05	ADMINISTRACAO PUBLICA CENTRAL - ESTADO	

Desenvolvimento das Despesas de Funcionamento da Administração Direta, constantes do Mapa IV

Código	Designação	Orçamento Regional
		Serviços Integrados
D.09.06.06	ADMINISTRACAO PUBLICA CENTRAL - SFA	
D.09.06.07	ADMINISTRACOES PUBLICAS - ADMINISTRACAO REGIONAL	
D.09.06.08	ADMINISTRACAO PUBLICA LOCAL - CONTINENTE	
D.09.06.09	ADMINISTRACAO PUBLICA LOCAL - REGIOES AUTONOMAS	
D.09.06.10	ADMINISTRACAO PUBLICA - SEGURANCA SOCIAL	
D.09.06.11	INSTITUICOES SEM FINS LUCRATIVOS	
D.09.06.12	FAMILIAS - EMPRESARIO EM NOME INDIVIDUAL	
D.09.06.13	FAMILIAS - OUTRAS	
D.09.06.14	RESTO DO MUNDO - UNIAO EUROPEIA - INSTITUICOES	
D.09.06.15	RESTO DO MUNDO - UNIAO EUROPEIA - PAISES MEMBROS	
D.09.06.16	RESTO DO MUNDO - PAISES TERCEIROS E ORGANIZACOES INTERNACION	
D.09.07.00	ACCOES E OUTRAS PARTICIPACOES	0,0 €
D.09.07.01	SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NAO FINANCEIRAS - PRIVADAS	
D.09.07.02	SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NAO FINANCEIRAS - PUBLICAS	
D.09.07.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS - BANCOS E OUTRAS INSTITUICOES FINANC	
D.09.07.04	SOCIEDADES FINANCEIRAS - COMPANHIAS DE SEGUROS E FUNDOS DE P	
D.09.07.05	ADMINISTRACAO PUBLICA CENTRAL - ESTADO	
D.09.07.06	ADMINISTRACAO PUBLICA CENTRAL - SFA	
D.09.07.07	ADMINISTRACOES PUBLICAS - ADMINISTRACAO REGIONAL	
D.09.07.08	ADMINISTRACAO PUBLICA LOCAL - CONTINENTE	
D.09.07.09	ADMINISTRACAO PUBLICA LOCAL - REGIOES AUTONOMAS	
D.09.07.10	ADMINISTRACAO PUBLICA - SEGURANCA SOCIAL	
D.09.07.11	INSTITUICOES SEM FINS LUCRATIVOS	
D.09.07.12	FAMILIAS - EMPRESARIO EM NOME INDIVIDUAL	
D.09.07.13	FAMILIAS - OUTRAS	
D.09.07.14	RESTO DO MUNDO - UNIAO EUROPEIA - INSTITUICOES	
D.09.07.15	RESTO DO MUNDO - UNIAO EUROPEIA - PAISES MEMBROS	
D.09.07.16	RESTO DO MUNDO - PAISES TERCEIROS E ORGANIZACOES INTERNACION	
D.09.08.00	UNIDADES DE PARTICIPACAO	0,0 €
D.09.08.01	SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NAO FINANCEIRAS - PRIVADAS	
D.09.08.02	SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NAO FINANCEIRAS - PUBLICAS	
D.09.08.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS - BANCOS E OUTRAS INSTITUICOES FINANC	
D.09.08.04	SOCIEDADES FINANCEIRAS - COMPANHIAS DE SEGUROS E FUNDOS DE P	
D.09.08.05	ADMINISTRACAO PUBLICA CENTRAL - ESTADO	
D.09.08.06	ADMINISTRACAO PUBLICA CENTRAL - SFA	
D.09.08.07	ADMINISTRACOES PUBLICAS - ADMINISTRACAO REGIONAL	
D.09.08.08	ADMINISTRACAO PUBLICA LOCAL - CONTINENTE	
D.09.08.09	ADMINISTRACAO PUBLICA LOCAL - REGIOES AUTONOMAS	
D.09.08.10	ADMINISTRACAO PUBLICA - SEGURANCA SOCIAL	
D.09.08.11	INSTITUICOES SEM FINS LUCRATIVOS	
D.09.08.12	FAMILIAS - EMPRESARIO EM NOME INDIVIDUAL	
D.09.08.13	FAMILIAS - OUTRAS	
D.09.08.14	RESTO DO MUNDO - UNIAO EUROPEIA - INSTITUICOES	
D.09.08.15	RESTO DO MUNDO - UNIAO EUROPEIA - PAISES MEMBROS	
D.09.08.16	RESTO DO MUNDO - PAISES TERCEIROS E ORGANIZACOES INTERNACION	
D.09.09.00	OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS	0,0 €
D.09.09.01	SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NAO FINANCEIRAS - PRIVADAS	
D.09.09.02	SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NAO FINANCEIRAS - PUBLICAS	
D.09.09.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS - BANCOS E OUTRAS INSTITUICOES FINANC	
D.09.09.04	SOCIEDADES FINANCEIRAS - COMPANHIAS DE SEGUROS E FUNDOS DE P	
D.09.09.05	ADMINISTRACAO PUBLICA CENTRAL - ESTADO	
D.09.09.06	ADMINISTRACAO PUBLICA CENTRAL - SFA	
D.09.09.07	ADMINISTRACOES PUBLICAS - ADMINISTRACAO REGIONAL	
D.09.09.08	ADMINISTRACAO PUBLICA LOCAL - CONTINENTE	
D.09.09.09	ADMINISTRACAO PUBLICA LOCAL - REGIOES AUTONOMAS	
D.09.09.10	ADMINISTRACAO PUBLICA - SEGURANCA SOCIAL	
D.09.09.11	INSTITUICOES SEM FINS LUCRATIVOS	
D.09.09.12	FAMILIAS - EMPRESARIO EM NOME INDIVIDUAL	
D.09.09.13	FAMILIAS - OUTRAS	
D.09.09.14	RESTO DO MUNDO - UNIAO EUROPEIA - INSTITUICOES	
D.09.09.15	RESTO DO MUNDO - UNIAO EUROPEIA - PAISES MEMBROS	
D.09.09.16	RESTO DO MUNDO - PAISES TERCEIROS E ORGANIZACOES INTERNACION	
D.10.00.00	PASSIVOS FINANCEIROS	138 943 000,0 €
D.10.01.00	DEPOSITOS, CERTIFICADOS DE DEPOSITO E POUPANCA	0,0 €

Desenvolvimento das Despesas de Funcionamento da Administração Direta, constantes do Mapa IV

Código	Designação	Orçamento Regional
		Serviços Integrados
D.10.01.01	SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NAO FINANCEIRAS - PRIVADAS	
D.10.01.02	SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NAO FINANCEIRAS - PUBLICAS	
D.10.01.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS - BANCOS E OUTRAS INSTITUICOES FINANC	
D.10.01.04	SOCIEDADES FINANCEIRAS - COMPANHIAS DE SEGUROS E FUNDOS DE P	
D.10.01.05	ADMINISTRACAO PUBLICA CENTRAL - ESTADO	
D.10.01.06	ADMINISTRACAO PUBLICA CENTRAL - SFA	
D.10.01.07	ADMINISTRACOES PUBLICAS - ADMINISTRACAO REGIONAL	
D.10.01.08	ADMINISTRACAO PUBLICA LOCAL - CONTINENTE	
D.10.01.09	ADMINISTRACAO PUBLICA LOCAL - REGIOES AUTONOMAS	
D.10.01.10	ADMINISTRACAO PUBLICA - SEGURANCA SOCIAL	
D.10.01.11	INSTITUICOES SEM FINS LUCRATIVOS	
D.10.01.12	FAMILIAS - EMPRESARIO EM NOME INDIVIDUAL	
D.10.01.13	FAMILIAS - OUTRAS	
D.10.01.14	RESTO DO MUNDO - UNIAO EUROPEIA - INSTITUICOES	
D.10.01.15	RESTO DO MUNDO - UNIAO EUROPEIA - PAISES MEMBROS	
D.10.01.16	RESTO DO MUNDO - PAISES TERCEIROS E ORGANIZACOES INTERNACION	
D.10.02.00	<u>TITULOS A CURTO PRAZO</u>	0,0 €
D.10.02.01	SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NAO FINANCEIRAS - PRIVADAS	
D.10.02.02	SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NAO FINANCEIRAS - PUBLICAS	
D.10.02.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS - BANCOS E OUTRAS INSTITUICOES FINANC	
D.10.02.04	SOCIEDADES FINANCEIRAS - COMPANHIAS DE SEGUROS E FUNDOS DE P	
D.10.02.05	ADMINISTRACAO PUBLICA CENTRAL - ESTADO	
D.10.02.06	ADMINISTRACAO PUBLICA CENTRAL - SFA	
D.10.02.07	ADMINISTRACOES PUBLICAS - ADMINISTRACAO REGIONAL	
D.10.02.08	ADMINISTRACAO PUBLICA LOCAL - CONTINENTE	
D.10.02.09	ADMINISTRACAO PUBLICA LOCAL - REGIOES AUTONOMAS	
D.10.02.10	ADMINISTRACAO PUBLICA - SEGURANCA SOCIAL	
D.10.02.11	INSTITUICOES SEM FINS LUCRATIVOS	
D.10.02.12	FAMILIAS - EMPRESARIO EM NOME INDIVIDUAL	
D.10.02.13	FAMILIAS - OUTRAS	
D.10.02.14	RESTO DO MUNDO - UNIAO EUROPEIA - INSTITUICOES	
D.10.02.15	RESTO DO MUNDO - UNIAO EUROPEIA - PAISES MEMBROS	
D.10.02.16	RESTO DO MUNDO - PAISES TERCEIROS E ORGANIZACOES INTERNACION	
D.10.03.00	<u>TITULOS A MEDIO E LONGO PRAZOS</u>	0,0 €
D.10.03.01	SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NAO FINANCEIRAS - PRIVADAS	
D.10.03.02	SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NAO FINANCEIRAS - PUBLICAS	
D.10.03.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS - BANCOS E OUTRAS INSTITUICOES FINANC	
D.10.03.04	SOCIEDADES FINANCEIRAS - COMPANHIAS DE SEGUROS E FUNDOS DE P	
D.10.03.05	ADMINISTRACAO PUBLICA CENTRAL - ESTADO	
D.10.03.06	ADMINISTRACAO PUBLICA CENTRAL - SFA	
D.10.03.07	ADMINISTRACOES PUBLICAS - ADMINISTRACAO REGIONAL	
D.10.03.08	ADMINISTRACAO PUBLICA LOCAL - CONTINENTE	
D.10.03.09	ADMINISTRACAO PUBLICA LOCAL - REGIOES AUTONOMAS	
D.10.03.10	ADMINISTRACAO PUBLICA - SEGURANCA SOCIAL	
D.10.03.11	INSTITUICOES SEM FINS LUCRATIVOS	
D.10.03.12	FAMILIAS - EMPRESARIO EM NOME INDIVIDUAL	
D.10.03.13	FAMILIAS - OUTRAS	
D.10.03.14	RESTO DO MUNDO - UNIAO EUROPEIA - INSTITUICOES	
D.10.03.15	RESTO DO MUNDO - UNIAO EUROPEIA - PAISES MEMBROS	
D.10.03.16	RESTO DO MUNDO - PAISES TERCEIROS E ORGANIZACOES INTERNACION	
D.10.04.00	<u>DERIVADOS FINANCEIROS</u>	0,0 €
D.10.04.01	SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NAO FINANCEIRAS - PRIVADAS	
D.10.04.02	SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NAO FINANCEIRAS - PUBLICAS	
D.10.04.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS - BANCOS E OUTRAS INSTITUICOES FINANC	
D.10.04.04	SOCIEDADES FINANCEIRAS - COMPANHIAS DE SEGUROS E FUNDOS DE P	
D.10.04.05	ADMINISTRACAO PUBLICA CENTRAL - ESTADO	
D.10.04.06	ADMINISTRACAO PUBLICA CENTRAL - SFA	
D.10.04.07	ADMINISTRACOES PUBLICAS - ADMINISTRACAO REGIONAL	
D.10.04.08	ADMINISTRACAO PUBLICA LOCAL - CONTINENTE	
D.10.04.09	ADMINISTRACAO PUBLICA LOCAL - REGIOES AUTONOMAS	
D.10.04.10	ADMINISTRACAO PUBLICA - SEGURANCA SOCIAL	
D.10.04.11	INSTITUICOES SEM FINS LUCRATIVOS	
D.10.04.12	FAMILIAS - EMPRESARIO EM NOME INDIVIDUAL	
D.10.04.13	FAMILIAS - OUTRAS	

Desenvolvimento das Despesas de Funcionamento da Administração Direta, constantes do Mapa IV

Código	Designação	Orçamento Regional
		Serviços Integrados
D.10.04.14	RESTO DO MUNDO - UNIAO EUROPEIA - INSTITUICOES	
D.10.04.15	RESTO DO MUNDO - UNIAO EUROPEIA - PAISES MEMBROS	
D.10.04.16	RESTO DO MUNDO - PAISES TERCEIROS E ORGANIZACOES INTERNACION	
D.10.05.00	EMPRESTIMOS A CURTO PRAZO	0,0 €
D.10.05.01	SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NAO FINANCEIRAS - PRIVADAS	
D.10.05.02	SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NAO FINANCEIRAS - PUBLICAS	
D.10.05.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS - BANCOS E OUTRAS INSTITUICOES FINANC	
D.10.05.04	SOCIEDADES FINANCEIRAS - COMPANHIAS DE SEGUROS E FUNDOS DE P	
D.10.05.05	ADMINISTRACAO PUBLICA CENTRAL - ESTADO	
D.10.05.06	ADMINISTRACAO PUBLICA CENTRAL - SFA	
D.10.05.07	ADMINISTRACOES PUBLICAS - ADMINISTRACAO REGIONAL	
D.10.05.08	ADMINISTRACAO PUBLICA LOCAL - CONTINENTE	
D.10.05.09	ADMINISTRACAO PUBLICA LOCAL - REGIOES AUTONOMAS	
D.10.05.10	ADMINISTRACAO PUBLICA - SEGURANCA SOCIAL	
D.10.05.11	INSTITUICOES SEM FINS LUCRATIVOS	
D.10.05.12	FAMILIAS - EMPRESARIO EM NOME INDIVIDUAL	
D.10.05.13	FAMILIAS - OUTRAS	
D.10.05.14	RESTO DO MUNDO - UNIAO EUROPEIA - INSTITUICOES	
D.10.05.15	RESTO DO MUNDO - UNIAO EUROPEIA - PAISES MEMBROS	
D.10.05.16	RESTO DO MUNDO - PAISES TERCEIROS E ORGANIZACOES INTERNACION	
D.10.06.00	EMPRESTIMOS A MEDIO E LONGO PRAZOS	138 943 000,0 €
D.10.06.01	SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NAO FINANCEIRAS - PRIVADAS	
D.10.06.02	SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NAO FINANCEIRAS - PUBLICAS	
D.10.06.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS - BANCOS E OUTRAS INSTITUICOES FINANC	123 943 000,0 €
D.10.06.04	SOCIEDADES FINANCEIRAS - COMPANHIAS DE SEGUROS E FUNDOS DE P	
D.10.06.05	ADMINISTRACAO PUBLICA CENTRAL - ESTADO	15 000 000,0 €
D.10.06.06	ADMINISTRACAO PUBLICA CENTRAL - SFA	
D.10.06.07	ADMINISTRACOES PUBLICAS - ADMINISTRACAO REGIONAL	
D.10.06.08	ADMINISTRACAO PUBLICA LOCAL - CONTINENTE	
D.10.06.09	ADMINISTRACAO PUBLICA LOCAL - REGIOES AUTONOMAS	
D.10.06.10	ADMINISTRACAO PUBLICA - SEGURANCA SOCIAL	
D.10.06.11	INSTITUICOES SEM FINS LUCRATIVOS	
D.10.06.12	FAMILIAS - EMPRESARIO EM NOME INDIVIDUAL	
D.10.06.13	FAMILIAS - OUTRAS	
D.10.06.14	RESTO DO MUNDO - UNIAO EUROPEIA - INSTITUICOES	
D.10.06.15	RESTO DO MUNDO - UNIAO EUROPEIA - PAISES MEMBROS	
D.10.06.16	RESTO DO MUNDO - PAISES TERCEIROS E ORGANIZACOES INTERNACION	
D.10.07.00	OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS	0,0 €
D.10.07.01	SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NAO FINANCEIRAS - PRIVADAS	
D.10.07.02	SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NAO FINANCEIRAS - PUBLICAS	
D.10.07.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS - BANCOS E OUTRAS INSTITUICOES FINANC	
D.10.07.04	SOCIEDADES FINANCEIRAS - COMPANHIAS DE SEGUROS E FUNDOS DE P	
D.10.07.05	ADMINISTRACAO PUBLICA CENTRAL - ESTADO	
D.10.07.06	ADMINISTRACAO PUBLICA CENTRAL - SFA	
D.10.07.07	ADMINISTRACOES PUBLICAS - ADMINISTRACAO REGIONAL	
D.10.07.08	ADMINISTRACAO PUBLICA LOCAL - CONTINENTE	
D.10.07.09	ADMINISTRACAO PUBLICA LOCAL - REGIOES AUTONOMAS	
D.10.07.10	ADMINISTRACAO PUBLICA - SEGURANCA SOCIAL	
D.10.07.11	INSTITUICOES SEM FINS LUCRATIVOS	
D.10.07.12	FAMILIAS - EMPRESARIO EM NOME INDIVIDUAL	
D.10.07.13	FAMILIAS - OUTRAS	
D.10.07.14	RESTO DO MUNDO - UNIAO EUROPEIA - INSTITUICOES	
D.10.07.15	RESTO DO MUNDO - UNIAO EUROPEIA - PAISES MEMBROS	
D.10.07.16	RESTO DO MUNDO - PAISES TERCEIROS E ORGANIZACOES INTERNACION	
D.11.00.00	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	378 000,0 €
D.11.01.00	DOTACAO PROVISIONAL	
D.11.02.00	DIVERSAS	378 000,0 €
D.12.00.00	OPERACOES EXTRA-ORCAMENTAIS	234 533 120,0 €
D.12.01.00	OPERACOES DE TESOURARIA - ENTREGA DE RECEITAS DO ESTADO	41 011 020,0 €
D.12.02.00	OUTRAS OPERACOES DE TESOURARIA	193 522 100,0 €
D.12.03.00	CONTAS DE ORDEM	
D.12.05.00	RECURSOS PRÓPRIOS DE TERCEIROS	